

CÂMARA TEOLÓGICA IAP



Espaço Promessa, Cosmópolis, SP | 19 de Outubro

2024

ECLESIOLOGIA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....

I. A NATUREZA DA IGREJA.....

1.1 A definição do termo igreja.....

1.2 A igreja e seus aspectos.....

1.3 As metáforas da igreja.....

1.4 A igreja e Israel.....

1.5. A igreja e o Reino de Deus.....

1.6 A unidade da igreja.....

II. A VIVÊNCIA DA IGREJA.....

2.1 Os propósitos da igreja.....

2.2 Os ofícios da igreja.....

2.3 As ordenanças da igreja.....

2.4 A disciplina na igreja.....

III. O GOVERNO DA IGREJA.....

CONCLUSÃO

ECLESIOLOGIA

INTRODUÇÃO

“Eclesiologia” é o nome que se dá ao ramo da Teologia em que se estuda sobre a igreja de Cristo. O termo é formado pelas palavras gregas *ἐκκλησία* (*ekklesia*, que é a palavra grega para igreja) + *λόγος* (*logos*, palavra grega que pode ser traduzida por estudo ou doutrina). Nesta área de estudo teológico, estuda-se a natureza, propósitos, governo e várias outras questões sobre a igreja de Cristo. Conforme se verá nas linhas que se seguem, o fundamento das respostas para cada tema relacionado a igreja será a Bíblia Sagrada. Trata-se de um estudo vitalmente necessário em nosso tempo.

Muitas igrejas estão em crise. Escreve-se muito sobre revitalização de igrejas, exatamente por isso. Esta crise é de identidade: “o que é igreja? É possível que tenhamos dedicado tanto esforço em agir como igreja que não sabemos mais o que é igreja”.¹ Nesta obra, voltaremos o nosso olhar para esta questão. Iniciaremos tratando da natureza da igreja. Depois, analisaremos tópicos ligados a vivência da igreja, tais como propósito, oficiais, ordenanças e disciplina. Por fim, faremos uma análise no governo da igreja, à luz do Novo Testamento.

I. A NATUREZA DA IGREJA

Como podemos definir o termo igreja? Que imagens a Bíblia usa para referir-se a igreja? Qual a relação da igreja com Israel e com o reino de Deus? Estes e outras assuntos serão abordados na sequência.

1.1 A definição do termo igreja

Não se pode iniciar adequadamente um estudo sobre eclesiologia, sem antes, fundamentar semelhante investigação teológica sobre o termo que os autores do Novo Testamento fizeram uso, sob a orientação do Espírito Santo, para se referir à igreja de Cristo – estamos falando do termo grego *ἐκκλησία* (*ekklesia*). Somente é possível definir o significado bíblico da *igreja* se tal procedimento for explorado inicialmente. Desta forma, a proposta a seguir, se consiste em analisar este termo sob as perspectivas semântica e histórica e também sob a ótica da teologia bíblica do Antigo e do Novo Testamento – ou seja, o sentido recorrente do termo e a maneira como os escritores o empregaram em seus textos e contextos bíblicos. Somente após tal empreendimento será admissível oferecer uma razoável definição, minimamente clara e objetiva, do significado de *igreja*, à luz das Escrituras Sagradas.

¹ Mulholland (2004:12).

O significado semântico, histórico e teológico de *ekklesia*

O termo grego *ekklesia* traduzido no Novo Testamento como *igreja* em português tem o significado básico de “assembleia”, “reunião” e “congregação”. Este termo é formado por dois vocábulos gregos *ek* (fora de) + *kaleo* (chamar). Quando considerados separadamente estes dois vocábulos, trazem o significado de “chamado para fora”,² termo este que se empregava na antiguidade, dentre outros significados, para a convocação do exército para reunir-se.³ Com base neste sentido, o termo *ekklesia* muitas vezes foi interpretado por teólogos para dizer que “a igreja consiste dos eleitos, chamados para fora do mundo”.⁴

Nesta concepção, assim “como Deus chamou seu antigo povo para fora do Egito e o conduziu para a Terra Prometida, ele chama pessoas para ‘fora do mundo’ [...] para caminhar para o ‘alvo, a fim de ganhar o prêmio da chamada celestial de Deus em Cristo Jesus” (Fp 3:14).⁵ Ainda que seja biblicamente correta tal interpretação acerca da igreja (ou seja, que ela é de fato o conjunto daqueles que foram chamados por Deus para fora do sistema maligno mundano), é possível dizer que o termo grego *ekklesia*, não era utilizado pelos cristãos com este significado “no tempo do Novo Testamento”.⁶ Conforme Carson, “o uso é muito mais importante que a etimologia na determinação do sentido”⁷ do termo e neste caso, mais importante do que seu significado etimológico será determinar como os autores empregaram *ekklesia* nas Escrituras Sagradas, se com este sentido ou com outro.

Do ponto de vista histórico, *ekklesia* é um termo que foi amplamente utilizado, muito antes da era cristã, na democracia grega sem nenhum tipo de conotação religiosa e, portanto, “secular” em sua natureza. Este termo faz referência especialmente à conhecida assembleia popular das cidades gregas (gr. *polis*) na qual os cidadãos se reuniam, em intervalos regulares e, às vezes em caráter de urgência, para analisarem e discutirem questões jurídicas, políticas, sociais, econômicas e outras, sempre relacionadas à cidade. Historicamente “quando os cidadãos de uma cidade grega se reuniam, ocorria uma *ekklesia*. Quando a reunião dispersava, a *ekklesia*, exceto por vago senso nominal, se dissolvia até ser chamada a existência de novo”.⁸ Este é a priori o significado histórico do termo grego. Uma *ekklesia* neste contexto, “existia apenas quando estava de fato reunida (neste aspecto, distinguia-se do *demos*, “povo”, “multidão”, “populacho”).⁹ Pode ser encontrado na Bíblia o uso da palavra *ekklesia* exatamente com este sentido helênico, ou seja, como uma reunião ou assembleia dos cidadãos. Tal uso está registrada em Atos dos Apóstolos 19:32, 39, 41 – que a NVI e a Almeida S21 traduzem como “assembleia”. Isto mostra, de maneira evidente, que os evangelistas (como Lucas neste caso), tinham pleno conhecimento do emprego consensual do termo em sua época (com o sentido de assembleia, ajuntamento ou reunião).

² Culver (2012:1074).

³ Coenen e Brown (2000:984).

⁴ Berkhof (1990:511).

⁵ Mulholland (2004:24).

⁶ Louw e Nida (2013:115).

⁷ Carson (2010:432).

⁸ Culver (2012:1075).

⁹ Reid (2012:639).

O mesmo termo *ekklesia* foi empregado, no quarto século antes de Cristo, na tradução grega do material bíblico do Antigo Testamento escrito em hebraico e partes em aramaico – tradução esta chamada de Septuaginta. Nesta tradução para o grego do texto judaico, a palavra *ekklesia* aparece cerca de cem vezes.¹⁰ Ela é o correspondente grego para a palavra *qâhâl* (que provém de *qôl*, “voz” em hebraico) cujo significado se estende desde o ajuntamento para o serviço militar, até a reunião para consultas políticas ou audiências jurídicas, e então, até a assembleia para o culto.¹¹ Quanto ao seu significado ainda é preciso dizer que a “palavra hebraica *qâhâl* tem uma vasta gama semântica e, nem sempre, é traduzida por *ekklesia*; às vezes, ela é traduzida na LXX por “sinagoga” e “multidão”.¹² O termo *ekklesia* quando utilizada na tradução grega do Antigo Testamento tinha um uso variado e genérico, podendo ser utilizado para descrever uma multidão nas ruas, os profetas como um grupo, os anciãos em reunião, os líderes de Judá ou de Israel¹³ (cf. Dt 4:10; 9:10 e Jz 21:8).

No próprio Novo Testamento, também é possível ver *ekklesia* sendo usada por pelo menos duas vezes descrevendo reuniões dos israelitas no período do Antigo Testamento (cf. At 7:38; Hb 2:12). Estes dois textos são importantes e devem ser ressaltados aqui. Neles, a palavra *ekklesia* é utilizada para se referir ao *povo de Deus* no Antigo Testamento com o qual Deus estabeleceu uma aliança. Isto sugere que os primeiros cristãos usaram *ekklesia* não somente com o significado helênico de assembleia ou reunião, mas também com o sentido veterotestamentário de povo de Yahweh, o povo de Deus. Aliás, ao que parece, é com este sentido que o termo é empregado pelo evangelista Mateus em seu texto. Curiosamente o termo *ekklesia* ocorre nos evangelhos apenas duas vezes e, em ambas, no evangelho narrado por Mateus (16:18 e 18:17). Realmente, Mateus “possui um interesse especial em preservar o ensino de Jesus sobre a igreja”.¹⁴ Tal constatação decorre do fato de que, além de ser o único evangelista a utilizar o termo *ekklesia* em sua narrativa do evangelho ele também é aquele que expressa interesse pela autoridade (16:18-19), disciplina (18:15-18) e ofícios dela (23:8-10).¹⁵ O texto mateano em que a expressão é usada é bem conhecido: *Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha igreja [ekklesia]* (Mt 16:18). Ele deve ser destacado, pois é de fundamental importância para a compreensão bíblica do significado da igreja no Novo Testamento. Jesus diz que “edificaria” a sua igreja. A ideia de “edificar” é utilizada no Antigo Testamento com o sentido de “edificar um povo” (2 Sm 7:13-14; 1 Cr 17:12-13; Jr 1:10; 24:6; 31:4; 33:7; Am 9:11). Sim, realmente conquanto, a palavra *ekklesia* seja grega, o pano de fundo aqui é judaico e deve-se ter isto sempre em mente. Dito de outro modo, quando Jesus assegura que está “edificando” uma *ekklesia*, ele está afirmando em outras palavras, que está edificando um povo para si – em seu conceito veterotestamentário. Israel o rejeitara como Messias, mas aqueles que o reconheceram como enviado por Deus, como o Filho do Homem, tornaram-se o remanescente fiel, o verdadeiro Israel, o genuíno povo de Cristo sob o qual as bênçãos do reino de Deus repousaria.

¹⁰ Culver (2012:1074).

¹¹ Coenen e Brown (2000:986).

¹² Carson (2010:433).

¹³ Culver (2012:1074).

¹⁴ Thielman (2007:127).

¹⁵ Schweizer apud Thielman (2007:127).

Isto faz todo o sentido, pois como já visto anteriormente, *ekklesia* é usado como um termo bíblico que designa Israel como a congregação ou assembleia de *Yahweh*, uma tradução da palavra hebraica *qahal*.¹⁶ Quando *qâhâl* é usado num sentido religioso no Antigo Testamento, tem o significado do povo em sua unidade e coletividade, eleito por Deus, e separado de outras nações,¹⁷ o que significa dizer que *ekklesia* está realmente sendo utilizada aqui em Mt 16:18 com o sentido veterotestamentário de “povo de Deus”. O elemento distintivo é que esta *ekklesia* é, de um modo bem peculiar, a *ekklesia* de Jesus: “Minha *ekklesia*”. A igreja está sendo comparada neste caso com “o verdadeiro Israel”, ao “remanescente fiel”, ao “povo do Messias”, Jesus.

Sobre a ocorrência do termo *ekklesia* no Novo Testamento

Uma vez dito que o significado teológico do termo *ekklesia* está ligado ao conceito veterotestamentário de povo de Deus e, neste caso, o povo Jesus, a comunidade do Messias, é preciso analisar ainda, mais detalhadamente, como ele ocorre em todo o Novo Testamento. Destaca-se neste sentido, o fato de que exceto por estes dois usos da palavra *ekklesia* feita por Mateus em seu texto sagrado (Mt 16:18 e 18:17) o termo não aparece mais em nenhum outro evangelho. Desta forma, torna-se pertinente a seguinte questão: Qual a razão deste quase total desaparecimento do termo *ekklesia* nos demais evangelhos? Por que os demais autores não o utilizaram? Não se pode argumentar, por exemplo, que *ekklesia* como "conceito ainda não estava corrente, pois a forma escrita dos evangelhos veio a existir no mesmo período das cartas de Paulo, ou talvez, mais tarde"¹⁸ e este já a utilizava costumeiramente, para se referir de forma abrangente a comunidade de Cristo. Assim, a razão mais plausível e bíblica, para esta questão, é entender que os evangelistas evitaram conscientemente usá-la para referir-se aos discípulos durante o período em que Jesus esteve na terra desenvolvendo seu ministério.

Isto significa que eles identificavam a igreja como sendo *pós-pascoal*, ou seja, tendo seu início somente após a ressurreição de Cristo – mais especificamente no dia de Pentecostes, onde, então se dataria, de fato, o início da igreja cristã. Isto também se comprova em razão de que, mesmo nas duas únicas ocasiões que *ekklesia* aparece nos evangelhos, isto é, em Mateus, o seu uso é no tempo futuro e não presente (Mt 16:18 e 18:17). Jesus afirmou que *edificaria* a sua igreja, num futuro próximo e não que já havia edificado. Isto também explicaria, por exemplo, porque *ekklesia* é mencionada 23 vezes pelo evangelista Lucas no livro de Atos dos Apóstolos, mas nenhuma vez no evangelho que escreveu. Isto certamente significa que o termo *ekklesia* foi empregado propositalmente para fazer menção aos crentes somente após a morte e ressurreição de Jesus e não antes disto.

Ainda sobre a ocorrência do termo *ekklesia* no Novo Testamento – deixando agora o território das narrativas históricas presentes nos evangelhos e no livro de Atos dos Apóstolos e, adentrando ao das epístolas – Conen e Brown, trazem as seguintes informações:

A grande maioria das ocorrências da palavra aparece nas cartas de Paulo (46 vezes de um total de 114; incluindo 9 em Ef e 4 em Cl),

¹⁶ Ladd (2001:148).

¹⁷ Ridderbos (2010:260).

¹⁸ Coenen e Brown (2000:991).

sobretudo em 1 Cor (22 vezes). Foi especialmente Paulo que formou este conceito, que foi desenvolvido em Ef e Col num sentido cósmico específico. O termo não aparece em 1 e 2 Ped; 2 Tm e Tt. Há apenas ocorrências isoladas em Tg e Hb, e, quanto às Cartas de João aparece apenas na terceira. Apocalipse, no entanto, a emprega 20 vezes.¹⁹

A ocorrência específica do termo *ekklesia* em referência aos seguidores de Jesus mostra que os primeiros crentes certamente não se viam como uma “sinagoga cristã”. Os discípulos de Cristo preferiram o termo *ekklesia*, em seu sentido veterotestamentário, ao referirem-se a si mesmos. Esta preferência, é preciso que se creia, não foi ocasional, mas inspirada (2 Tm 3:16) e conduzida pelo Espírito Santo (2 Pd 1:21). Eles tinham a sua disposição a palavra hebraica *sinagoga* (gr. *synagoge*), muito mais próxima de sua experiência religiosa, uma vez que eram procedentes do judaísmo do primeiro século. Esta parecia ser, de modo superficial, a escolha mais lógica e natural uma vez que eram judeus, mas não foi o que ocorreu. Os autores do Novo Testamento rejeitaram o uso deste termo e utilizaram a palavra *synagoge* “exclusivamente para indicar as reuniões religiosas dos judeus, ou os edifícios em que eles se reuniam para o culto público”²⁰ (cf. Mt 4:23; At 12:43; Ap 2:9; 3:9). Ainda sobre a ocorrência do termo *ekklesia* no Novo Testamento, é possível dizer que ela é usada basicamente de três modos:

1. Reunião dos cristãos.

Destaca-se primeiramente o uso de *ekklesia* como referente a um “grupo local de crentes reunidos para a adoração (ou questões administrativas como pode ter sido o caso, cf. 1 Co 5:4)”.²¹ Desta forma, *ekklesia* é utilizada tendo o sentido de “evento”, como uma reunião ou o encontro dos crentes que dura um período ou momento – o que significa que ela existe enquanto os cristãos estão reunidos, mas deixa de existir à medida que se separam. Esta concepção é a que mais se assemelha ao conceito helênico de *ekklesia* conforme visto anteriormente. Contudo, deve-se dizer que esta ocorrência no Novo Testamento é, em comparação aos demais usos do termo, muito pequena; encontramos somente em três textos, todos eles em 1 aos Coríntios (11:18; 14:19,34). A “ideia nessas passagens não se refere a um lugar ou edifício, mas a uma assembleia ou reunião convocada com o propósito de adoração e de comunhão”.²²

É neste sentido, por exemplo, que Paulo usa a palavra *ekklesia* ao exortar aos cristãos de Corinto dizendo-lhes: *Em primeiro lugar, ouço que, quando vocês se reúnem como igreja, há divisões entre vocês, e até certo ponto eu o creio* (1 Co 11:18 - NVI). Note que o apóstolo diz que os cristãos de Corinto se reúnem *como igreja*. A ênfase está na *reunião*, no encontro, no ajuntamento que, neste caso, se caracteriza como igreja, assim como a reunião dos gregos caracterizava uma *ekklesia*, uma assembleia.

2. Congregação local.

Outra ocorrência do termo *ekklesia*, incomparavelmente mais frequente no Novo Testamento, é aquela “referente ao grupo permanente, os crentes em

¹⁹ Coenen e Brown (2000:991).

²⁰ Berkhof (1990:511).

²¹ Culver (2012:1076).

²² Horrel (2007:36).

Cristo ligados a uma unidade de comunhão permanente em uma determinada localidade”.²³ A *ekklesia* grega, como analisada a pouco, se dissolvia com o término da reunião, mas a grande maioria das vezes em que o termo é utilizado no Novo Testamento evidencia-se um sentido diferente deste, ou seja, o de um grupo permanente de cristãos que vivem em uma cidade ou localidade geográfica e que juntos são chamados de igreja, a comunidade daqueles que creem em Jesus como Messias. Em “contraste com *ekklesia* como reunião, o foco aqui está nas *peçoas* e não tanto no encontro”.²⁴

Um bom exemplo do que está sendo afirmado são as igrejas citadas por Paulo em Rm 16:16 que são o que chamaríamos de igrejas locais, ou seja, grupos de pessoas que se professavam cristãs e que vivem circunscritos em determinada cidade ou região (cf. At 5:11; 11:26; Rm 16:4; Gl 1:2, 22; 1 Co 16:1, 19; 1 Ts 2:14). Das 114 vezes que o termo *ekklesia* é utilizado no Novo Testamento “aproximadamente, noventa ocorrências”²⁵ diz respeito a igreja como uma comunidade local. Portanto, a maior incidência da palavra *ekklesia*, no Novo Testamento é no seu sentido de *igreja local*.

3. Povo universal de Jesus Cristo.

Por fim, *ekklesia* também ocorre no NT, não somente para descrever o encontro ou um grupo de cristãos circunscritos a uma determinada área ou localidade geográfica, mas também para se referir de forma mais abrangente aos cristãos de todos os lugares, que juntos formam o corpo místico de Jesus na terra, o povo de Cristo – a sua *igreja universal* (cf. 1 Co 10:32; Ef 1:22,23; 5:25; Cl 1:18, 24 e Hb 21:23). Neste “sentido, a Igreja universal é a Igreja verdadeira e absoluta a qual incorpora todos os crentes nascidos de novo”.²⁶ Qual o número de ocorrências da palavra *ekklesia* com este sentido no Novo Testamento? As opiniões “variam em relação ao número de vezes em que o sentido é esse, mas a maioria dos estudiosos concorda que em seja algo em torno de 25 ou 26 vezes”.²⁷

É notável averiguar, ao contrário do que se percebe hoje na mentalidade do senso comum, que no “Novo Testamento, a palavra *ekklesia* nunca é usada para designar um prédio, uma denominação ou a influência cristã na sociedade, mas os grupos locais (At 8:1; Rm 16:16; Ts 1:4) e todo o povo de Deus através dos séculos (Mt 16:18; 1 Co 15:9; Ef 5:25)”.²⁸ Anuindo a esta compreensão acerca da ocorrência do termo no NT Carson assegura que realmente “no livro de Atos e nas epístolas, o termo refere-se usualmente às congregações cristãs ou a todo o povo de Deus redimido por Cristo”.²⁹

Uma definição do termo igreja

Uma vez analisado o significado teológico e bíblico do termo *ekklesia* e sua ocorrência no NT é preciso ainda definir, numa sentença, o que é a igreja de Cristo, conforme o estudo apresentado até aqui. Sendo assim, ao analisar seu uso no texto sagrado como se fez, a igreja pode ser definida como *a comunidade*

²³ Culver (2012:1076).

²⁴ Horrel (2007:37).

²⁵ Culver (2012:1076).

²⁶ Horrel (2007:39).

²⁷ Culver (2012:1076).

²⁸ Ferreira e Myatt (2007:948).

²⁹ Carson (2010:432).

de Jesus, aqueles que o reconhecem como Messias que, por um lado, compreende todos os crentes salvos por ele em todos os lugares e épocas e, por outro, a um grupo de fiéis circunscritos em certa localidade geográfica reunidos para cumprir sua vontade e missão no mundo. Dito de um modo mais simples e resumido, a igreja é a comunidade dos discípulos de Jesus em missão no mundo.

A igreja é, em outras palavras, o conjunto de todos aqueles que foram regenerados e redimidos por Jesus Cristo mediante seu sacrifício e que, juntos formam o povo (1 Pd 2:8-10; Ef 2:14) e a família de Deus (Mt 12:49-50; 2 Co 6:18; Ef 3:14; 1 Tm 5:1-2; 1 Jo 3:14-18); o corpo místico de Jesus no mundo (Ef 1:22-23) que se expressa em comunidades locais que vivem conforme sua vontade e que se engajam em sua missão no lugar em que estão a serviço de seu Senhor – aquele que se deu na cruz por ela (Ef 5:25), do qual é o cabeça (Cl 1:18), o noivo (2 Co 11:2; Ef 5:32), o sumo pastor (1 Pd 2:25; 5:4), a videira (Jo 15:5) e seu fundador (Mt 16:18).

1.2 A igreja e seus aspectos

Quando observada a partir do material bíblico disponível a igreja, o povo de Jesus o Messias, é visto principalmente em dois aspectos: *universal* e *local*. O Novo Testamento utiliza a mesma palavra para ambos os casos (*ekklesia*) e isto significa que a única diferenciação que existe entre ambas se consiste na constatação de textos bíblicos que ora tratam a igreja em seu aspecto universal, ora do ponto de vista local. São olhares diferentes para um mesmo objeto e nada mais.

Os aspectos universal e local da igreja são, os mais fortemente apresentados na Escritura. Entretanto, embora menos enfatizados, há outros aspectos da igreja que também merecem ser apresentados nesta obra: ela também costuma ser apresentada como visível e invisível, organismo e organização. Na sequência, trataremos de todos estes aspectos mencionados.

A igreja e seu aspecto universal

A igreja de Cristo se consiste numa irmandade mundial, segundo o apóstolo Pedro – em 1 Pd 5:9, onde o autor neotestamentário utiliza a palavra grega *adelfoteta*, que possui este significado. A igreja universal diz respeito a todos os crentes em Cristo em todas as épocas e lugares.³⁰ A igreja de Cristo é, neste sentido, *católica*, pode-se dizer. Infelizmente, na linguagem moderna, o termo “católico” é, via de regra, confundido, especialmente fora dos círculos religiosos, com “Igreja Católica Romana”.³¹ Contudo, este é sem dúvida uma confusão decorrente do desconhecimento do real significado do termo. Na verdade, a palavra “católica” deriva da palavra grega *kath’holou* (“que se refere a todos”).³² Em latim esta mesma palavra é “*catholicus*, que veio a adquirir o sentido de ‘universal’ e ‘geral’”.³³ Dizer que a igreja é *católica*, desta forma, é afirmar teologicamente sua totalidade, sua abrangência, referindo-se desta forma a todos os cristãos. McGrath diz, acerca disto:

³⁰ Erickson (1997:438).

³¹ McGrath (2005:596).

³² McGrath (2005:596).

³³ McGrath (2005:567).

Em parte alguma o Novo Testamento utiliza-se a expressão “católica” em uma referência à igreja como um todo. Usa-se porém, o termo *ekklesia* em relação às igrejas ou comunidades locais, o que, no entanto, conforme se entende, é algo que representa aquilo que transcende a entidade local. Embora uma igreja específica não seja a igreja em sua totalidade, ela compartilha, no entanto esta totalidade. É esta noção de “totalidade” que, mais tarde é englobada pela expressão “católica”. A noção é introduzida em séculos posteriores, em uma tentativa de reunir algumas noções centrais do Novo Testamento sob um único termo.³⁴

Em vista disto, qualquer forma de aversão ou ojeriza ao uso teológico do termo *católico* como referência à universalidade da igreja cristã mostra-se infundada e desnecessária – um mero preconceito terminológico devido a sua associação à Igreja Católica Apostólica Romana. Assim, deixando de lado tal preconceito, deve-se dizer, então, que a igreja *universal* ou *católica*, é um conceito que diz respeito a todo o povo de Cristo na terra, ou seja, ao organismo espiritual que inclui todos os cristãos genuínos, de todas as nacionalidades, gêneros, idade e raça.

Como analisado no capítulo anterior, o termo *ekklesia*, tanto em seu significado semântico quanto em seu uso histórico secular, não possuía um sentido abrangente como este, a ponto de se falar em uma *universalidade*. No “mundo grego, uma *ekklesia* era uma assembleia local de pessoas”.³⁵ Aqui está o grande diferencial, portanto, do seu uso na Bíblia Sagrada. Isto decorre do conceito de povo de Deus presente no Antigo Testamento que o Novo Testamento faz uso ao empregar a palavra grega. Desta forma, diferentemente de seu significado semântico e de seu uso na história helênica, o Novo Testamento, por vezes, utiliza o termo *ekklesia*, não no seu aspecto local, mas no sentido de povo universal de Cristo, ou seja, referindo-se de maneira abrangente a todos os cristãos de todas as partes da terra.

Um exemplo disto é 2 Coríntios capítulo 1, onde Paulo escreve: *à igreja de Deus em Corinto, aos santificados em Cristo Jesus, chamados para serem santos, com todos os que em todo o lugar invocam o nome de nosso Senhor Jesus Cristo, Senhor deles e nosso* (v.2). Acerca deste texto paulino o grande pregador cristão João Crisóstomo, conhecido como o “Boca de Ouro” por sua formidável eloquência (337-407) nota que:

[...] embora a carta tenha sido dirigida só aos Coríntios, ela menciona todos os fiéis que estão em toda a terra; mostrando que a igreja do mundo todo deve ser uma, embora separada em diversos lugares [...] assim, aqueles em diferentes lugares, se não tiverem senhores diferentes, mas um único [o Senhor Jesus Cristo] [...], o único Senhor os une.³⁶

Os cristãos de Corinto estavam unidos com “todos” aqueles que em “todos” os lugares invocam o mesmo Senhor e Messias: Jesus. Ao mesmo tempo em que o apóstolo Paulo fala sobre uma igreja local, “a igreja de Deus em Corinto”, ele também fala da igreja cristã universal, referindo-se a todos aqueles

³⁴ McGrath (2005:568).

³⁵ Culver (2012:1087).

³⁶ João Crisóstomo apud Culver (2012:1095).

que em todos os lugares invocam o mesmo Cristo. Os cristãos da igreja local da cidade de Corinto faziam parte de uma só igreja global e universal, que reunia todos os santificados em Cristo em todos os lugares da face da terra. Além disto, sempre que lemos no Novo Testamento passagens referindo-se aos cristãos de forma coletiva como o corpo de Cristo, a noiva de Cristo etc., estamos diante do conceito bíblico da igreja universal. É certamente neste sentido que Paulo diz: “Cristo amou a igreja e se entregou por ela” (Ef 5.25). Note que o texto nos diz que “o Senhor “entregou-se por ela”, não por “eles”. Assim também lemos que “Cristo é o cabeça da igreja” (Ef 5.23), não “das igrejas”; e que ele é “o salvador do corpo”, não dos “corpos” (Ef 5:23).³⁷

Ainda que a ideia de corpo de Cristo seja definida, em especial, nos escritos de Paulo, o conceito de uma entidade espiritual e universal de crentes é evidente em muitas metáforas do Novo Testamento.³⁸ Pedro, por exemplo, diz que os cristãos são, agora, o verdadeiro povo de Deus, que substitui Israel, pois são chamados pelo apóstolo de: *o sacerdócio real, a nação santa, o povo adquirido, para que anuncieis as grandezas daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz* (1 Pd 2:9). Do mesmo modo é evidente que Jesus não edificou várias igrejas, mas uma somente: *...edificarei a minha igreja, e as portas do hades não prevalecerão contra ela* (Mt 16:18 - NVI). É através desta única e universal igreja de Cristo, o seu povo, que *a multiforme sabedoria de Deus* deverá ser conhecida (Ef 3:10). É ela a depositária dos oráculos de Deus: *é a casa de Deus, igreja do Deus vivo, coluna e firmeza da verdade* (1 Tm 3:15).

É nítido em todos estes textos e outros, que a igreja é um só povo, a despeito de estar expressa organicamente em inumeráveis comunidades locais pelo mundo. Todas estas passagens e muitas outras ficam sem sentido se a igreja não for entendida como sendo uma unidade mística universal. O conceito da igreja universal, deve-se reconhecer, não é um conceito abstrato e platônico acerca da igreja, mas, algo concreto que “refere-se a todos os cristãos na terra, a toda a comunidade cristã que encontra expressão nas mais variadas congregações locais”.³⁹ Sim, a igreja de Cristo “é uma só, em todo o mundo, e, ao mesmo tempo, é plenamente presente em todas as assembleias individuais”.⁴⁰ Os primeiros cristãos tinham plena consciência disto. Mesmo espalhados pelas inúmeras comunidades cristãs existentes na época eles tinham “consciência de fazerem parte de uma única igreja universal”.⁴¹

É possível constatar isto através dos textos dos primeiros líderes do cristianismo, chamados na história de *Pais da Igreja*, como por exemplo, Inácio de Antioquia (68 a 100 ou 107), Policarpo de Esmirna (69 a 155), Justino Mártir (100 a 165) além dos primeiros documentos da era cristã como o *Didaquê*, onde nos é informado que a igreja se estende até os confins da terra e de que Deus a reúne desde os quatro ventos.⁴² Não somente os primeiros cristãos, mas em todo o período da igreja, inclusive os reformadores a partir do século dezesseis, consentiram e defenderam ardorosamente a doutrina bíblica da igreja universal ou católica. Segundo Lutero: “A igreja estende-se tanto no tempo quanto no

³⁷ Culver (2012:1092).

³⁸ Horrel (2007:39).

³⁹ Alexander e Rosner (2009:853).

⁴⁰ Coenen e Brown (2000:996).

⁴¹ Kelly (1994:142).

⁴² Kelly (1994:142).

espaço, e não está presa a nenhuma cidade, pessoa ou época”.⁴³ Neste sentido, a igreja, de acordo com o reformador alemão, não é essencialmente uma congregação local e física, mas “uma assembleia de corações em uma única fé”.⁴⁴ Em razão disto, todos os cristãos de todo o mundo, unidos pela mesma fé em Cristo que habita seus corações formam conjuntamente a igreja de Jesus Cristo na terra, sua igreja universal.

A igreja e seu aspecto local

O conceito de igreja universal só pode ser concebido a partir da realidade das igrejas locais descritas prioritariamente no Novo Testamento. São nas igrejas locais que o povo de Cristo ganha visibilidade orgânica no mundo. É exatamente por esta razão que a igreja local recebe proeminência nas ocorrências do Novo Testamento, pois é ali que Cristo se expressa de forma evidente e objetiva entre seus seguidores; ali as ordenanças são cumpridas e os crentes em Jesus se reúnem na prática para a comunhão, edificação, aprendizado da palavra, adoração e, podem, então, se mobilizar para o evangelismo (cf. At 4:32-35; 5: 42; 6:7). Não se deve de modo algum exaltar a característica universal da igreja a despeito de seu aspecto local. Até porque, grande parte dos estudiosos bíblicos concorda que em “sua concepção mais simples, a igreja local não é mais do que a assembleia de crentes professos de uma localidade”.⁴⁵ Isto se comprova através de uma simples análise dos aproximados 90 usos do termo *ekklesia* no Novo Testamento.

Eles mostram a igreja de Cristo simplesmente como uma associação local de pessoas unidas pela fé em Cristo, que se reúnem regularmente nas casas uns dos outros (cf. At 16:15,40; Rm 16:5, 23; 1 Co 16:19; Cl 4:15; Fm 2) para ouvir a doutrina apostólica, compartilhar a vida mútua, para a adoração, oração, encorajamento mútuo, louvor e serviço (At 2:42-47). É por esta razão que pode ser afirmado com segurança que o “Novo Testamento ensina que a igreja local, embora unida a todo o povo de Deus, é uma igreja completa”⁴⁶ em si mesma. A comunidade do povo de Deus considerada em qualquer nível pode corretamente ser chamada de igreja.⁴⁷

A igreja local é concretização do plano de Cristo, pois desde o início, o Senhor determinou que seu povo congregasse em comunidades locais.⁴⁸ O livro lucano, de Atos dos Apóstolos, mostra que os primeiros cristãos entenderam a necessidade vital de igrejas locais como meio de proporcionar o aprendizado e a integração dos novos convertidos que surgiam nas cidades por onde o evangelho era anunciado. O surgimento da igreja em Samaria (At 8:1-40) e Antioquia (At 11:19-30) comprovam este fato. Ao que parece, na mente dos primeiros cristãos “logo ficou muito claro que as igrejas locais devem ser estabelecidas em todas as cidades e lugares para que se cumpra o mandamento do Senhor de proclamar o evangelho a todos os povos (Mt 24:14; 28:19,20)”.⁴⁹ Foi exatamente isto o que aconteceu de acordo com a narrativa histórica de Atos dos Apóstolos. Neste sentido, a igreja local é enfatizada no decorrer da narração

⁴³ George (1994:89).

⁴⁴ George (1994:90).

⁴⁵ Chafer (2013:501).

⁴⁶ Ferreira e Myatt (2007:948).

⁴⁷ Grudem (1999:404).

⁴⁸ Sturz (2012:593).

⁴⁹ Sturz (2012:594).

bíblica de forma proeminente, pois tem um papel estratégico na missão histórica de Deus. Os primeiros cristãos entendiam que o evangelho “deveria se espalhar pelo mundo por meio de igrejas locais”.⁵⁰ Consciente disso, Paulo, em seu expediente missionário se esforçou para plantar o maior número de igrejas locais em diversas cidades, sendo algumas delas: Antioquia da Pisídia, Icônio, Listra, Derbe, Filipos, Tessalônica, Beréia, Atenas, Corinto e Éfeso (At 13:1-14; 14:1, 6-7; 16:12-40; 17:1-15, 34; 18:1-11; 19:1-20). Tais igrejas locais foram usadas para edificar os crentes na fé e discipular novos convertidos.

Tamanha é a importância da igreja local na Escritura Sagrada que é praticamente impossível se conceber a plausibilidade bíblica do fenômeno contemporâneo conhecido como “cristãos sem igreja”. A igreja local é fundamental, de acordo com a Bíblia. Ela “existe como uma forma tangível para o cumprimento do propósito do corpo de Cristo no mundo”.⁵¹ É por isso que o autor da carta aos Hebreus foi tão enfático e enérgico ao advertir seus leitores, muitos dos quais pensavam em abandonar sua comunidade local, a não deixar de *congregar, como é costume de alguns* (Hb 10.25). Afinal, “um cristão sem igreja seria como uma brasa vermelha tirada do forno e colocada sozinha do lado de fora. Não demoraria muito até o fogo se apagar e esfriar”.⁵² Valendo-se das várias metáforas utilizadas para se referir à igreja, pode-se dizer que se a igreja local é um edifício, os cristãos são as pedras que o constitui; se a igreja é uma família na fé, os cristãos são os membros dessa família. Do mesmo modo como as ovelhas estão em um rebanho; e os galhos, em uma videira;⁵³ assim os crentes precisam estar inseridos em uma igreja local.

Segundo Pannenberg, “a descrição da igreja como reunião (*congregatio*) dos fiéis se tornou fundamental e característica para o conceito de igreja da Reforma”.⁵⁴ Neste período, em outras palavras, a igreja local ganhou destaque entre os reformadores. Especialmente para o reformador João Calvino (1509-1564), a importância da igreja local se dá em razão desta ser um agente de santificação na vida de todo crente. Na vida cristã, ensinou Calvino, o local e ambiente “da santificação é a congregação, a igreja visível, na qual os eleitos participam dos benefícios de Cristo não como indivíduos isolados, mas como membros do corpo”.⁵⁵ É, sobretudo, em seu aspecto local que a igreja de Cristo se define para os reformadores. Na “perspectiva da Reforma, então, a igreja de Jesus Cristo é aquela comunhão dos santos e congregação dos fiéis que ouviram a Palavra de Deus nas Escrituras Sagradas e que, com o serviço obediente a seu Senhor, prestam testemunho dessa Palavra ao mundo”.⁵⁶

Em suma, nas igrejas locais a igreja universal toma forma, estrutura e visibilidade, daí sua importância. Sendo assim, em termos simples, segundo Bancroft, “a igreja local é um grupo de crentes batizados, reunidos pelo Espírito Santo com o propósito de obedecer aos princípios e preceitos da Palavra de Deus”.⁵⁷ Nela deve estar envolvido todo cristão que se professa genuíno e, por sua instrumentalidade a boa nova de Cristo deve ser apregoada ao mundo.

⁵⁰ Lidório (2007:11).

⁵¹ Horrell (2007:98).

⁵² Sturtz (2012:601).

⁵³ Dever (2007:178).

⁵⁴ Pannenberg (2009:149).

⁵⁵ George (1994:234).

⁵⁶ George (1994:312).

⁵⁷ Bancroft (1995:281).

A igreja visível e a invisível

Ainda tratando da igreja e seus aspectos, antes de finalizarmos este capítulo, é importante mencionarmos outras distinções que às vezes são feitas em relação a igreja. Além de ser considerada local e universal, ela é considerada visível e invisível, organismo e organização.

A igreja visível é aquela formada pelos que “fizeram uma confissão pública de fé, foram batizados e arrolados como membros de uma igreja organizada”.⁵⁸ A igreja visível é a igreja como nós vemos. Tem membros e oficiais; pratica as ordenanças instituídas por Cristo, tais como: batismo, ceia, lava-pés. Tudo isso é visível. Essa igreja é identificável. Obviamente, ela não desaparece, quando alguma reunião não está em andamento. Não é encontrada só quando está reunida ou quando os líderes estão em atividade. A igreja está presente onde quer que os seus membros estejam.⁵⁹ Nesses lugares, eles cumprem o chamado que receberam do Senhor.

Contudo, nem todos que estão presentes e se dizem parte da igreja visível são cristãos verdadeiros. Sempre existiu e ainda existem cristãos nominais ou falsos cristãos (cf. Rm 2:28; 9:6; 1 Co 5:13; 2 Tm 2:20; 1 Jo 2:19). Quem realmente conhece aqueles que são seus é o Senhor. Daí surge o conceito de “igreja invisível”, que é a igreja como Deus a vê, composta pelos que são verdadeiramente crentes, independentemente de denominação.⁶⁰ Nós podemos ouvir palavras e observar ações; contudo, “podemos ser enganados pela hipocrisia, ou falhar em reconhecer a verdadeira fé”.⁶¹

Em sua essência espiritual, a igreja não pode ser discernida pelo olho humano, porque é impossível aos seres humanos definir, infalivelmente, quem pertence a Deus. A união dos crentes com Cristo é uma união mística; o Espírito que o une constitui um laço invisível; e as bênçãos da salvação, tais como a conversão genuína, a regeneração, a fé verdadeira e a comunhão espiritual com Cristo, são todas invisíveis aos olhos naturais.⁶² Naturalmente, a igreja invisível assume uma forma visível, numa organização externa, por meio da qual se expressa.⁶³

A igreja organismo e organização

Geralmente se faz uma distinção entre dois aspectos da igreja visível: organismo e organização. A igreja como organismo tem sua existência carismática: nela todos os tipos de talentos e dons tornam-se manifestos e são utilizados na obra do Senhor. Enquanto organismo vivo, a igreja é dirigida pelo Espírito Santo, enviada por Jesus ao mundo em missão. É a comunidade do reino de Deus, enviada para ser sal e luz. Nela, os cristãos, de acordo com os dons que receberam, celebram ao Senhor e servem nos diferentes ministérios.

Como organização, ela existe numa forma institucional. Possui Estatuto registrado em Cartório, Assembleia, Diretoria, Conselho Fiscal e outros cargos para cumprir determinadas funções. Suas ações, neste aspecto, precisam ser regidas pelo Código Civil e seguir os parâmetros legais e fiscais.

⁵⁸ *Idem.*

⁵⁹ Clowney (2007:107).

⁶⁰ Lima, *Op. Cit.*

⁶¹ Clowney, *Op. Cit.*, P.104.

⁶² Clowney (2007:520).

⁶³ *Idem.*

Mesmo parecendo opostos, os conceitos de organização e organismo não são irreconciliáveis; afinal, todo organismo é organizado. O corpo humano, como organismo, é organizado. Todas as coisas funcionando em seus devidos lugares, cada uma com sua função. Diante disso, com base em Clowney,⁶⁴ apresentamos três princípios, no que diz respeito a atuação de uma igreja organizada:

- 1. A igreja, mesmo com governo organizado, precisa sempre ter Cristo como cabeça. Ele é o dono de todas as coisas. Toda autoridade exercida na igreja pertence a Cristo. O governo exercido por ela não pode modificar a palavra, nem pela adição, nem pela subtração (Ap 22:18-20; Gl 1:8,12). Como seu poder é declarativo e não legislativo, a igreja não inventa novas doutrinas, nem exige práticas que não tenham fundamentação bíblica. Sua autoridade é fundamentada e limitada pela palavra. Por isso mesmo, quando a igreja ordena qualquer coisa que seja claramente contrária à palavra, os cristãos têm a liberdade consciente de desobedecer. A autoridade da igreja é a autoridade do evangelho.
- 2. Apesar de organizada, a igreja vive como um organismo e não como uma organização. O modelo da ordem da igreja é orgânico. O corpo de Cristo é composto por membros que dependem uns dos outros, no exercício da vida que receberam de Cristo. Esses membros têm dons diferentes, que não devem dividir, mas unir os cristãos, pois a ideia do Senhor é que sejam exercidos mutuamente. A igreja, como organização, é um meio para um fim, e esse fim se acha na igreja como organismo, a comunidade dos crentes.⁶⁵
- 3. O governo da igreja é organizado para servir e não para dominar. Os líderes são representantes do povo. Sendo escolhidos e reconhecidos pelo povo, recebem autoridade por meio do Espírito Santo, que os chamou, os capacitou e os designou para o serviço (At 20:28). O serviço, e não o poder ou prestígio, é o propósito dos oficiais da igreja e de todos os crentes. Pedro ensinou os presbíteros a não se assenhorearem do rebanho, como se fossem donos dele, mas a serem exemplo (1 Pd 5:3,6). Se o governo da igreja não for dominado pelo amor e pelo ideal do serviço, pode tornar-se o pior tipo de opressão que existe.

1.3 As metáforas da igreja

Estudar as metáforas que a Bíblia Sagrada apresenta para a igreja é importante para o entendimento de sua natureza. Estas metáforas nos trazem informações consistentes sobre o que é a igreja e sobre o que ela deve fazer. As imagens são relevantes, pois cada uma delas mostra uma faceta diferenciada

⁶⁴ *Op. Cit.*, Pp.187-192.

⁶⁵ Berkhof, *Op. Cit.*, P.521.

da igreja. Nossa compreensão sobre a igreja seria limitada, se a visualizássemos apenas através de uma metáfora. Portanto, nos parágrafos seguintes, delineamos algumas imagens que consideramos fundamentais para melhor compreensão da natureza da igreja.

O Corpo de Cristo

A imagem do corpo parece ser a mais ampla usada por Paulo, em seus escritos. Ela revela que a igreja não é meramente uma organização, mas sim um organismo vivo. Isso significa que o Cristo vivo está atuante no mundo, por meio da sua igreja. A história de Jesus e a sua missão têm sequência através dos cristãos (Mt 10:40; Jo 20:21).⁶⁶ Sendo assim, os cristãos não são simplesmente seguidores, mas membros do seu corpo (1 Co 12:12-13).

A metáfora é fácil de ser entendida: como a cabeça comanda o corpo, Jesus exerce liderança sobre a igreja (Cl 1:18), que, por sua vez lhe deve submissão (Ef 5:24a). O corpo é composto por membros diversificados (1 Co 12:14), ou seja, indivíduos com dons particulares. Nenhum dom é dado a todos os membros da igreja (Rm 12:4-8). Portanto, há espaço para todos, e eles são essenciais ao bom funcionamento do corpo (1 Co 12:21,22,25).⁶⁷ A interdependência é primordial para o crescimento. Quando cada parte desempenha seu papel, o corpo cresce qualitativa e quantitativamente (Ef 4:16). Todos são beneficiados: os de dentro, com o aperfeiçoamento espiritual, e os de fora da igreja, por ouvirem as boas novas.

A nova humanidade

Muito próxima a imagem do corpo de Cristo e vinculada a ela, temos a imagem da igreja como a nova humanidade. Paulo escreveu: *Pois ele é a nossa paz, o qual de ambos fez um e destruiu a barreira, o muro de inimizade, anulando em seu corpo a lei dos mandamentos expressa em ordenanças. O objetivo dele era criar em si mesmo, dos dois, um novo homem, fazendo a paz* (Ef 2:14-15 – grifo nosso). Neste capítulo o apóstolo mostra que em Cristo, a inimizada entre judeus e gentios foi encerrada. Na cruz ele derrubou o muro de separação entre estes dois povos para que eles se tornassem um “novo homem”. Cristo não somente “destruiu” ele “criou” algo novo.

O propósito de Cristo, “a partir dos dois grupos, é criar em si mesmo uma única e nova humanidade. Em si mesmo, isto é, em Cristo, existe uma nova humanidade”.⁶⁸ Este “novo homem” é a comunidade cristã vista em conjunto. O que Paulo está mencionando, na realidade, não é um “novo homem” mas, sim, uma “nova raça humana”, unida por Jesus Cristo na sua própria pessoa.⁶⁹ Esta “nova humanidade” é a igreja. E o que significa dizer que a igreja é a nova humanidade? É que através da igreja Deus está formando um novo tipo de gente (Ef 4:24; 2 Co 5:17; Cl 3:10). Esta nova humanidade é o corpo de Cristo, que cumpre a sua missão no mundo.

Templo do Espírito Santo

A igreja é chamada de templo de Deus, de habitação do Espírito (1 Co 3:16). Noutro trecho, Paulo também afirma que a igreja cresce para se tornar um

⁶⁶ Pearlman (2006:345).

⁶⁷ Duffield e Cleave (2000:251).

⁶⁸ Foulkes (1986:71).

⁶⁹ Stott (2001:68).

santuário dedicado ao Senhor (Ef 2:20-22). Pedro, por sua vez, chama a igreja de “casa espiritual” (1 Pd 2:5). Portanto, a igreja é vista na Escritura como templo do Espírito Santo. Essa imagem pode ser compreendida por dois ângulos: o individual e o coletivo.⁷⁰ Paulo ressalta que cada crente é morada do Espírito Santo (1 Co 6:19), mas também aponta a comunidade cristã como o Templo (2 Co 6:16).

A igreja é o lugar da habitação de Deus, do Espírito Santo. Na igreja o Espírito partilha sua vida e poder com os membros do corpo. Erickson⁷¹ lembra, acertadamente, que foi o Espírito que fez surgir a igreja, no Pentecostes, e agora faz com que as qualidades próprias de sua natureza possam ser vistas na igreja (Gl 5:22-23). Habitando na igreja, o Espírito dá poder a ela (At 1:8), produz unidade (Ef 4:3), traz lembrança dos ensinamentos do Senhor Jesus (Jo 14:26), guia a igreja a toda a verdade (Jo 16:13) e cria uma sensibilidade a liderança do Senhor Jesus. Jesus prometeu que estaria para sempre com seus discípulos (Mt 28:20), mas também disse que precisava partir (Jo 16:27). Então, como ele pode estar com a igreja? A habitação do Espírito é o meio de Jesus estar presente conosco.⁷²

O Povo de Deus

O povo de Deus, à luz do Antigo Testamento, era a nação de Israel (Ex 6:7; 19:5, etc.). Entretanto, à luz do Novo Testamento, o povo de Deus é a igreja, o novo Israel (1 Pd 2:9; Tt 2:14; Gl 6:16). Neste sentido, aos coríntios, Paulo escreveu: *Que acordo há entre o templo de Deus e os ídolos? Pois somos santuário do Deus vivo. Como disse Deus: "Habitarei com eles e entre eles andarei; serei o seu Deus, e eles serão o meu povo"* (2 Co 6:16). Deus decidiu fazer da igreja o seu povo. Textos do Antigo Testamento, anteriormente aplicados a Israel, são aplicados agora a igreja, um povo formado por gentios e judeus. Na sequência deste capítulo, no item “A Igreja e Israel” aprofundaremos um pouco mais esta questão.

A noiva de Cristo

A imagem da noiva aparece tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, e tem sua origem na aliança que Deus fez com Israel. Deus fez esse pacto para garantir um relacionamento de amor. No Antigo Testamento, a nação de Israel foi retratada, muitas vezes, como uma noiva infiel (Ez 16; Os). É importante lembrar que, no antigo Oriente Médio, o noivado era um compromisso quase igual ao compromisso do casamento (excluindo, a relação sexual). Havia “comunhão de bens e a herança da noiva passava a pertencer ao noivo caso ela morresse antes do casamento”.⁷³ O noivado só poderia ser dissolvido pelo divórcio. Caso algum dos noivos fosse infiel, esta atitude era tratada como adultério e não como fornicação, tamanho peso que tinha o noivado.

O povo de Deus no Antigo Testamento, então, foi apresentado algumas vezes como um noiva infiel. O quadro muda, entretanto, no Novo Testamento. Cristo entregou-se pela igreja, sua noiva, para apresentá-la a si mesmo como uma noiva pura: *Cristo amou a igreja, e a si mesmo se entregou por ela, para a santificar, purificando-a com a lavagem da água.* (Ef 5:25-26). Por isso, no

⁷⁰ Erickson (1997:443).

⁷¹ Erickson (1997:443).

⁷² Erickson (1997:443).

⁷³ Mulholland (2004:51).

Apocalipse, a igreja é apresentada como uma noiva aprontada para o casamento (Ap 19:7). O apóstolo Paulo entendia que seu ministério, como apóstolo, era preparar a igreja para apresentá-la como uma virgem pura (2 Co 11:2).

Coluna e baluarte

A igreja também é apresentada como coluna e baluarte da verdade: *para que, se eu tardar, fiques ciente de como se deve proceder na casa de Deus, que é a igreja do Deus vivo, coluna e baluarte da verdade.* (1 Tm 3:15). A “verdade”, neste texto, diz respeito a plena revelação de Deus em Cristo, e também tem o sentido de “fé ortodoxa”. A igreja é o baluarte desta verdade. Temos no original a palavra grega ἑδραίωμα (*hedraioma*). O *hedraioma* de um prédio era o seu suporte principal. A palavra se referia tanto ao seu fundamento quanto a suporte ou baluarte que o sustinha. É a única vez que esta palavra aparece no Novo Testamento. Se refere ao alicerce, a algo que dá sustentação. Sendo assim, a igreja é responsável por manter firme a verdade e defendê-la, contra todas as tempestades de heresias.

Além disso, a igreja é apresentada como coluna da verdade (gr. στῦλος – *stylos*). A coluna tem a finalidade de não somente manter firme o telhado, mas de elevá-lo até certa altura, de forma que o edifício possa ser visto facilmente, mesmo à distância. Os habitantes de Éfeso sabiam exatamente o que isto significava. Nesta cidade, no templo de Diana, considerada uma das sete maravilhas do mundo antigo, contava com 100 colunas, de mais de 18 metros de altura, que erguiam um pesado e esplendoroso teto de mármore. De igual modo, a igreja sustenta a verdade nas alturas, de modo que ela seja vista e admirada pelo mundo. Estas duas imagens mostram, então, uma dupla função da igreja: expor e promover a verdade.

Lavoura de Deus

Em 1 Coríntios 3:9 a igreja é chamada de “lavoura de Deus”. No contexto deste texto, os pregadores do evangelho são apresentados como cooperadores de Deus: um prega e outro rega, mas quem dá o crescimento é Deus (1 Co 3:6). Essa é uma ilustração tomada diretamente de um cenário agrícola. A igreja como “lavoura de Deus” é fruto da sementeira da Palavra. Ela é o campo em que Deus está trabalhando e cultivando.

Família de Deus

Em vários textos do Novo Testamento a igreja é vista como uma família cujos membros estão unidos em Cristo. Os cristãos são *membros da família de Deus* (Ef 2:19). Deus é o nosso Pai (Ef 3:14) e nós somos seus filhos e filhas (2 Co 6:18). Por isso, podemos nos considerar irmãos uns dos outros (Mt 12:49-50; 1 Jo 3:14-18). O fato de todos os cristãos participarem da mesma família deve fazer com que tenham sempre a disposição de ajudarem-se mutuamente (Gl 6:10). Paulo desafiou Timóteo a se relacionar com os membros da igreja como se estes fossem membros de uma família maior (1 Tm 5:1-2).

1.4 A igreja e Israel

Compreender a relação que existe entre a Igreja de Cristo e o povo de Israel é de suma importância. Tal compreensão capacita ao estudioso cristão a entender corretamente a relação entre o Antigo e o Novo Testamento – suas

relações, rupturas, semelhanças e diferenciações. Assim, a questão teológica a ser levantada e analisada neste momento é a seguinte: Qual seria, então, a relação entre o povo de Israel presente no Antigo Testamento e a igreja do Novo Testamento? Ao deitar os olhos nas páginas da Bíblia percebe-se com clareza que a igreja de Cristo inclui os salvos tanto do Antigo quanto do Novo Testamento.⁷⁴ Há, desta forma, uma nítida continuidade entre Israel e a igreja, conquanto esta continuidade não seja absoluta. Tal compreensão é fundamental, afinal de contas, o cristianismo não é o mesmo que judaísmo – caso contrário os judeus não precisariam se converter e depositar sua fé exclusivamente em Jesus Cristo como exigência para a salvação como se vê nas Escrituras (Rm 3:9-31; 2 Co 3:1-16).

A ligação ou continuidade na relação entre Israel e a Igreja se estabelece no fato de ambos os grupos fazerem parte do mesmo plano salvífico de Deus. Esta continuidade, reside no fato de Deus ainda estar “salvando um povo para o seu nome”, um povo que cumpra a aliança com Abraão (Gn 12:2-3).⁷⁵ Israel foi, neste sentido, um primeiro estágio para a formação e o estabelecimento deste povo de Deus. É no interior do povo de Israel que a igreja de Cristo nasceu. Isto não significa dizer que Jesus Cristo estava fundando uma religião absolutamente nova na palestina dos seus dias. Jesus “não empreendeu seu ministério com o propósito evidente de iniciar um novo movimento dentro ou fora de Israel”.⁷⁶ Já havia os grupos dos essênios, dos fariseus, dos saduceus, dos zelotes, dos herodianos, dos zadoqueus⁷⁷ de maneira que se torna compreensível que Jesus, com seu ministério, não pretendia, de maneira alguma, fundar um novo grupo religioso dentro do judaísmo dos seus dias. Também não se pode compreendê-lo como mais um rabino, semelhante de Hillel ou Shammai,⁷⁸ na tentativa infundada, do ponto de vista histórico, de enxergá-lo como um novo mestre palestino cuja pregação se constituía em uma espécie de nova escola de pensamento rabínico da época.

Jesus veio como um “judeu, para o povo judeu. Aceitou a autoridade do Antigo Testamento, adotou a prática dos rituais do templo, participou da adoração na sinagoga e durante toda a sua vida viveu como judeu”.⁷⁹ De acordo com o apóstolo João ele veio para o que era seu (Jo 1:11), Israel, seu próprio povo. Sua missão, afirmou o próprio Jesus, era alcançar as *ovelhas perdidas da casa de Israel* (Mt 15:24). Contudo, os evangelhos nos dão testemunho de que seu povo com o qual havia estabelecido um pacto o rejeitou de forma veemente e abjeta (cf. Lc 4:16-30; Mc 6:1-6; Jo 19:5-16). Rejeitaram seu Messias cujo Reino estava sendo estabelecido, sem que o soubessem ou reconhecessem. Jesus lamentou, de acordo com o evangelho de Mateus: *Jerusalém, Jerusalém, que matas os profetas e apedrejas os que te são enviados! Quantas vezes eu quis ajuntar seus filhos, como a galinha ajunta seus filhotes debaixo das asas, e não quisestes!* (Mt 23:27 AS21). Mas isto certamente não foi nenhuma surpresa para Jesus, já que desde o início havia alertado seus discípulos e companheiros

⁷⁴ Grudem (1999:401).

⁷⁵ Fee (2015:92).

⁷⁶ Ladd (2001:144).

⁷⁷ Ver Broadus (2001:18-21).

⁷⁸ Rabinos muito conhecidos nos dias de Jesus Cristo que representavam duas escolas de interpretação diferentes acerca da Torá.

⁷⁹ Ladd (2001:144-145).

que era necessário que o Filho do homem sofresse muitas coisas, fosse rejeitado pelos líderes religiosos, principais sacerdotes e escribas (Mc 8:31).

Conquanto Israel tenha rejeitado o Messias e seu Reino, houve aqueles que receberam com fé as boas novas anunciadas por Jesus. Estes judeus, ao contrário dos líderes religiosos do povo, acolheram a mensagem do Reino; receberam Jesus como Messias prometido ao povo de Israel, segundo o Antigo Testamento. Sim, afirma a Escritura, que realmente *ele veio para o que era seu, mas os seus não o receberam* (Jo 1:11), contudo, prossegue João, *a todos que o receberam, aos que creem em seu nome, deu-lhes a prerrogativa de se tornarem filhos de Deus* (Jo 1:12). Aqueles que receberam Jesus como o Messias predito pelas profecias veterotestamentárias eram o remanescente de Israel, já visualizado pelos profetas. É certo que a expressão “remanescente de Israel” não aparece de forma explícita na literatura dos evangelhos, mas seguramente seu conceito teológico pode ser identificado sem muita dificuldade. Segundo o próprio Jesus, seus discípulos eram como um “pequeno rebanho” (Lc 12:32) que em cumprimento a Ezequiel 34:15 estava sendo novamente conduzido ao aprisco da salvação, por meio do Messias.

Os discípulos, em número de 12 simbolizavam as doze tribos de Israel, ou o “Israel verdadeiro”, o “remanescente fiel” que aguardava ansiosamente a vinda do Messias e de seu Reino e, por isto, recebiam as promessas contidas no Antigo Testamento concernentes ao Reino de Deus preditas outrora. Eles, inclusive testemunhariam, contra o restante de Israel que não recebeu o seu Messias, pois segundo Jesus, eles se sentariam em doze tronos para julgar as doze tribos de Israel (cf. Mt 19:28; Lc 22:30). Todas estas indicações de Jesus mostram que aqueles que recebiam a boa nova do reino – ou seja, todos os seus discípulos, que após o pentecostes se estabeleceriam como a Igreja, sua comunidade messiânica – se constituíam em uma nova congregação que estava assumindo o lugar de Israel que, por sua vez, estava rejeitando a mensagem do seu Messias. Segue-se, portanto, que a igreja, formada tanto por judeus (o “remanescente fiel”) quanto gentios que acolheram a mensagem do Reino são agora chamados de Israel, o povo de Deus. Conforme expõe Ladd:

[...] Jesus proclamou a salvação messiânica e ofereceu a Israel a possibilidade de cumprimento de seu verdadeiro destino, mas este destino foi realmente cumprido naqueles que receberam sua mensagem. Aqueles que receberam a salvação messiânica tornaram-se o verdadeiro Israel e os representantes da nação como um todo. Embora seja verdadeiro que o termo “Israel” nunca tenha sido aplicado para designar os discípulos de Jesus, a ideia está presente, mesmo sem uso do termo. Os discípulos de Jesus são aqueles que receberam a salvação messiânica, o povo do Reino, o verdadeiro Israel.⁸⁰

O Novo Testamento realmente afirma ser a igreja o “novo Israel” e o novo “povo de Deus”. De acordo com o apóstolo Paulo – em sua carta aos romanos 9:25 onde faz uma citação do texto de Oséias 2:23 – a igreja cristã, formada por judeus e gentios, é agora aquele grupo de pessoas ao qual Deus chama de “meu povo”. Há provas substanciais de que Paulo considerava os cristãos como o “verdadeiro Israel”⁸¹ conquanto ele não tivesse usado tal expressão. Para o

⁸⁰ Ladd (2001:146).

⁸¹ Sanders (2009:208).

apóstolo somente os que se convertiam ao Senhor eram os herdeiros da promessa que Deus havia feito a Abraão (Gn 12:1-3; 2 Co 3:16; Gl 3:14, 26-29; Rm 11:17). A igreja, não mais o Israel étnico, é agora o povo de Deus, formado por pessoas de várias nações e não somente de uma etnia; é o povo no qual está incluído os crentes do Antigo quanto do Novo Testamento; judeus quanto gentios. É por esta razão que o apóstolo diz que Cristo, de ambos os povos (judeus e gentios), *fez um e destruiu a barreira, o muro de inimizade* (Ef 2:14 NVI) com o objetivo de *reconciliar com Deus os dois em um corpo, por meio da cruz, pela qual ele destruiu a inimizade* (Ef 2:16 NVI). O comentário de Grudem, a respeito deste texto paulino dirigido aos Efésios é oportuno. Segundo ele:

O texto inteiro fala enfaticamente da unidade entre cristãos judeus e gentios em um corpo em Cristo e não apresenta nenhuma indicação de algum plano distinto para o povo judeu ser salvo fora dessa inclusão no único corpo de Cristo, a igreja. A igreja incorpora em si mesma todo verdadeiro povo de Deus, e quase todos os títulos usados para o povo de Deus no Antigo Testamento são em uma passagem ou outra aplicados à igreja no Novo Testamento.⁸²

Fundamentado nesta compreensão cristã acerca da igreja Paulo afirmou que os gentios são agora *concidadãos dos santos* (Ef 2:20) e *co-herdeiros com Israel, membros do mesmo corpo, e co-participantes da promessa em Cristo Jesus* (Ef 3:6 - NVI). Deveras, de acordo com o apóstolo dos gentios, a igreja é o Israel de Deus (Gl 6:16). O apóstolo Pedro, por sua vez, faz uso em suas epístolas de diversas imagens do Antigo Testamento empregadas para se referir a Israel, aplicando-as diretamente à igreja de Cristo no Novo Testamento – templo, sacerdócio real, nação santa, povo eleito etc. Veja, por exemplo, o que ele diz em sua primeira epístola acerca dos cristãos que compõe a igreja:

Mas vós sois a geração eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo adquirido, para que anunciéis as grandezas daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz; vós que outrora nem éreis povo, e agora sois de Deus; vós que não tínheis alcançado misericórdia, e agora a tendes alcançado (1 Pd 2:9-10).

O texto petrino evidencia claramente a igreja como sendo agora conhecida como o “verdadeiro Israel”. Isto não é o mesmo que dizer que a igreja é o plano B de Deus, que ele elaborou no decorrer da história após Israel, como o plano A, ter falhado em sua missão. Tal concepção é carente de fundamento bíblico substancial. A igreja não é uma mudança no plano de Deus, antes, seu cumprimento, sua consumação tendo em vista que ele sempre pretendeu abençoar todas as famílias da terra e não somente um povo étnico como Israel, como o primeiro livro da Bíblia deixa explícito (Gn 12:1-3; 18:18; 22:16; 28:14). Deus sempre almejou levar salvação a todos os povos e a igreja, após a rejeição de Israel (Is 48:18 -19; Jr 4:1-2; Zc 8:13), seria na economia divina o instrumento especial para esta tarefa uma vez que ela é sinal e testemunho do seu Reino (Mt 5:13-16; Lc 24:44-47; At 1:8; 13:47). Esta é a linha histórica ininterrupta que liga Israel e a Igreja: a missão de Deus em salvar o mundo todo.

⁸² Grudem (2001:722).

Mas, e quanto à descontinuidade entre o povo israelita e a igreja cristã? Como afirmado no início desta obra, teologicamente a continuidade entre Israel e a Igreja não é de modo algum absoluta, aliás, deve-se destacar que sua descontinuidade é certamente notável. Com o advento da nova aliança selada com o sangue de Cristo, aconteceram algumas mudanças na congregação do povo de Deus. Essas mudanças radicais – que são inúmeras e não poderiam ser descritas pormenorizadamente aqui – refletem especialmente as diferenças entre as alianças.⁸³ Em outras palavras a descontinuidade entre a Israel e Igreja se dá na enorme diferença entre a era do Antigo e do Novo Testamento, dentro do plano salvífico de Deus; entre a antiga e a nova aliança estabelecida agora por Jesus Cristo em sua cruz.

Por exemplo, em Israel havia um lugar geográfico específico reservado para a adoração a Deus (o templo de Jerusalém) para o qual o todo o povo deveria dirigir-se a fim de prestar seu culto; havia os sacerdotes que desempenhavam uma função mediadora entre o povo e seu Deus; havia sacrifícios expiatórios em razão dos pecados da nação e inúmeros rituais e preceitos religiosos que deveriam ser cumpridos à risca etc. Tudo isto representava a antiga aliança e seu sistema ao qual Israel pertencia – sistema este cuja finalidade era apontar para Jesus Cristo. Contudo, agora no Novo Testamento, uma vez que Cristo cumpriu todas as prefigurações anteriores, morreu de forma expiatória e estabeleceu uma nova aliança, seu povo, a igreja, possui uma adoração descentralizada – ou seja, não há mais lugares sagrados – qualquer cristão em qualquer lugar do planeta pode adorar a Deus onde estiver (Jo 4:23-24); não há mais mediadores, mas um só mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo (1 Tm 2:5-6); agora, todos os cristãos são tidos como sacerdotes com acesso direto a Deus, por intermédio de Jesus Cristo (Hb 10:19-22; 1 Pd 2:5).

A descontinuidade entre Israel e a Igreja também reside no fato de que o povo de Deus não é mais uma realidade baseada numa “nação”, mas no ingresso individual pela fé em Cristo Jesus e pela habitação do Espírito sinalizada pelo batismo nas águas.⁸⁴ Em suma, as Escrituras Sagradas testemunham que a igreja agora é o novo povo de Deus, não mais o Israel étnico. De acordo com o material neotestamentário a Igreja, o povo e comunidade de Jesus o Messias, é, agora, o “verdadeiro Israel” e, em razão disto, “há importantes elementos de descontinuidade entre o Antigo Testamento e o Novo Testamento no trato de Deus com seu povo”.⁸⁵ O povo judaico não existia apenas para ser exemplo de nação em aliança com Deus; Israel existia para ser o meio pelo qual o mundo experimentaria a salvação do Senhor.⁸⁶ Pois bem, a igreja é este povo, a consumação deste plano.⁸⁷

⁸³ Ferreira e Myatt (2007:950).

⁸⁴ Fee (2015:92).

⁸⁵ Ferreira (2011:188).

⁸⁶ Wright (2012:38).

⁸⁷ Neste sentido, o atual Estado de Israel, que passou a existir depois de uma resolução da ONU em 1948, não pode ser confundido com o povo escolhido de Deus. A nação de Israel perdeu este papel e lugar quando rejeitou o Messias.

1.5 A igreja e o reino de Deus

Um dos problemas mais difíceis com relação ao estudo do reino de Deus é a questão do seu relacionamento com a Igreja.⁸⁸ Isto significa que investigar este tema é adentrar em um terreno difícil teologicamente falando. Alguns cristãos dos primeiros séculos, por exemplo, compreendiam o reino em termos escatológicos, ou seja, esperavam que somente no final de tudo Deus estabeleceria seu reino aqui na terra. Como propôs Culver, eles eram quiliastas,⁸⁹ pois aguardavam o estabelecimento do reino no milênio futuro.⁹⁰ Nesta concepção a era da igreja e do reino eram cronologicamente distintas, não se tocavam de modo algum. Por volta do quarto século o importante líder do cristianismo, Agostinho de Hipona, interpretou a igreja como sendo o reino de Deus. Esta interpretação estabeleceu-se por centenas de anos no interior do cristianismo de sorte que o catolicismo, ainda hoje se utiliza de tal identificação – embora ultimamente haja alguma dissensão acadêmica sobre isso entre a classe instruída.⁹¹ Nesta concepção teológica a igreja e o reino são termos correlatos de maneira que quem está na igreja está no reino conseqüentemente.

No período da reforma, este entendimento sofreu nova formulação teológica. Deve-se dizer que atualmente também há divergências no ambiente acadêmico e eclesiástico. Há quem defenda, por exemplo, num ramo da teologia liberal que Jesus nem mesmo pretendeu criar uma igreja, mas tão somente o estabelecimento do reino – e que a igreja seria nada mais do que um engano histórico daqueles que compreenderam Jesus equivocadamente. Tal defesa, obviamente, se mostra inconsistente bíblicamente falando. De qualquer forma, o que se torna evidente com esta diversidade de posições teológicas em relação a este assunto no decorrer da história é que, sem dúvida, compreender a relação entre a igreja e o reino de Deus é uma tarefa complexa e árdua, mas ao mesmo tempo uma empreitada teológica premente. Para a eficácia de tal tarefa é necessário, primeiramente, definir a partir do material bíblico o sentido teológico dos termos para que não haja equívocos de natureza conceitual.

O reino de Deus

A expressão “reino de Deus” não aparece no Antigo Testamento, mas seu ensino está presente podendo ser encontrado com facilidade. Mais do que isso, é verdadeiramente impossível, ao folhear suas páginas, não perceber que Deus é explicitado nelas como sendo o soberano, o governante, o rei (*melek* em hebraico⁹²) do universo. Em outras palavras, segundo o testemunho veterotestamentário, ele é rei não somente de Israel, mas de todo o mundo (cf. Ex 15:19; Nm 23:21; Dt 33:5; 2 Rs 19:15; Sl 29:10; 99:1-4; Is 6:5; 43:15; Jr 46:18). O Antigo Testamento também aponta cheio de esperança para um futuro glorioso onde o reino de Deus se estabeleceria plenamente sobre todas as nações da terra (Dn 2); reino este que seria governado por um rei da descendência de Davi (Is 9 e 11), o *Filho do homem* visto pelo profeta Daniel na Babilônia (capítulo 7), o Ungido contemplado por Isaías (capítulo 61), enfim, o

⁸⁸ Lad (2001:99)

⁸⁹ Em termos simples, se refere a uma pessoa que acredita no milênio, como sendo um período de paz e prosperidade que virá sobre a Terra. A palavra grega para “mil” é χίλια (chilia).

⁹⁰ Culver (2012:1126).

⁹¹ Culver (2012:1126).

⁹² Kittel e Friedrich (2013:106).

Messias davídico. Quando chegamos ao Novo Testamento somos informados, então que este reino de Deus, tão aguardado e esperado pelos profetas, homens e mulheres de Deus do passado, manifestou-se através de Jesus de Nazaré. Ele era o anunciador do “reino dos céus”, segundo o evangelho de Mateus (Mt 3:2). Este termo (“reino dos céus”) equivale a “reino de Deus” e “deve sua origem à tendência no judaísmo posterior de evitar discursos diretos sobre Deus ou o uso do nome divino”.⁹³

Portanto, “céus” nos textos canônicos é sinônimo de “Deus” ou de algo de sua procedência ou mesmo relacionado a ele. Era este “reino dos céus”, ou, “reino de Deus” que consistia em o cerne da mensagem de Cristo. Em suas parábolas, seus ensinamentos, seus exemplos, na própria essência de sua missão, vemos o reino de Deus como questão central e objetivo primordial de sua pregação e obra⁹⁴ (Mt 4:23; 9:35; 24-14; 26:13; Mc 1:14-15; 13:10; Lc 4:21). Deve-se afirmar, no entanto, que ele não somente anunciou ou ensinou acerca do reino. Seu papel é maior do que este. Jesus não somente vislumbrou ou apregoou sobre a vinda do reino de Deus, mas antes, o inaugurou, o implantou na terra. O reino preconizado pelos antigos e aguardado pelos judeus foi inaugurado por Jesus, o Messias. Agora, a declaração taxativa do Novo Testamento, segundo a narrativa lucana, é a de que o reino de Deus já chegou e de que já está entre nós (Lc 17:20). Isto pode ser percebido, pelo menos, por três fatos relatados nas Escrituras sagradas. Obviamente existem inúmeros outros, mas estes são suficientes ao que se pretende aqui.

Primeiro, as predições veterotestamentárias foram cumpridas. Os judeus do primeiro século, fundamentados nas inúmeras profecias do Antigo Testamento acerca do Messias, aguardavam esperançosos pela chegada do reino de Deus a terra com objetivo de pôr fim a opressão em que viviam. Eles entendiam que a realização destas antigas profecias seria uma evidência indiscutível de que o reino de Deus estava sendo inaugurado entre eles, fazendo com que cada palavra fosse cumprida. Pois bem, o ensino dos evangelhos é o de que todas estas profecias e predições, concernentes a inauguração do reino e de seu Messias, se cumpriram plena e absolutamente em Jesus (cf. Mt 1:22-23; 2:13-15, 23; 8:14-17; 13:35; 26:56; Lc 24:44). Isto pode ser constatado, por exemplo, na ocasião em que Jesus se encontrava na cidade de Nazaré em uma sinagoga em certo sábado pela manhã. Segundo o relato de Lucas, ele leu a profecia messiânica expressa em Isaías 61 que predizia que o Ungido do Senhor, o Messias, viria para *anunciar as boas novas aos pobres e proclamar o ano aceitável do Senhor* (v.1-3). Ao terminar a leitura do texto sagrado ele fez a afirmação que espantou seus ouvintes: *Hoje se cumpriu esta passagem das Escrituras que acabais de ouvir* (Lc 4:21-22).

Jesus estava dizendo com todas as letras: “Eu sou o Messias mencionado pelo profeta Isaías sete séculos atrás; o reino tão aguardado chegou”. Esta ocasião prova que Jesus estava inaugurando o reino prometido no Antigo Testamento. Seu batismo também é prova disto (Mt 4:12-17). Após ser batizado, Jesus iniciou seu ministério na região da Galiléia. A escolha desta região, segundo o evangelista Mateus, não era ocasional, mas intencional, pois era *para que se cumprissem as Escrituras* que diziam que o reino de Deus seria estabelecido e que os habitantes da Galiléia seriam testemunhas oculares disto (cf. Is 9:1-7). Assim também, quando os discípulos de João Batista perguntaram

⁹³ Kittel e Friedrich (2013:107).

⁹⁴ Cunha (2003:17).

a Jesus se ele realmente era o Messias que inauguraria o reino de Deus, ele respondeu referindo-se a Isaías 35:5-6 mostrando, mais uma vez, que nele, todos os prenúncios relacionados ao Messias e ao seu reino se cumpriam plenamente (Mt 11:2-6). Este era o sinal irrefutável, a evidência incontestável de que o reino de Deus havia sido inaugurado e de que Jesus era o seu rei por direito, o Messias tão aguardado pelos israelitas.

O segundo fato que assevera que o reino de Deus foi inaugurado por meio da pessoa e da missão de Jesus é a derrota pública dos poderes das trevas. Os evangelhos afirmam que por onde Jesus passava demônios eram expulsos (Mt 4:23-24; Mc 1:34,39; Lc 4:41). Este foi um sinal evidente da vinda do reino de Deus através de Cristo: *Pois se é pelo Espírito de Deus que eu expulso demônios, então chegou a vocês o Reino de Deus* (Mt 12:28). Jesus como Messias atacou o reino das trevas libertando os que viviam sob seu domínio. Ele manietou o diabo segundo o relato de Mateus 12:29. Afinal de contas, *como alguém pode entrar na casa do valente e levar dali seus bens, sem antes amarrá-lo? Só então poderá roubar a casa dele*”. O “valente”, metaforicamente, neste caso, é o diabo e Jesus é aquele, mais valente e poderoso que ele, que o amarra para saquear seus bens, ou seja, todos os que estão debaixo do domínio maligno, do império do mal.

O fato de Satanás ter sido “amarrado” nesta linguagem figurada usada por Jesus pretende ensinar tão somente que o Diabo nada pode fazer para impedir que os pecadores saiam do seu domínio e entrem no reino de Deus. O texto não ensina que o inimigo ficou absolutamente desprovido de poder, afinal ele está por aí *buscando a quem possa tragar* (1 Pd 5:8). O que o texto afirma é que Jesus, por ocasião de seu reino, enfraqueceu o poder do mal, limitando-o e o restringindo drasticamente. Agora as pessoas podem ser livres do domínio das trevas e serem transportadas para o reino de Cristo (Cl 1:13).

O reino foi inaugurado por Jesus e em razão disto o império das trevas estava sendo golpeado e derrotado, sendo dia a dia, violentamente enfraquecido pela presença poderosa do reino de Deus (Mt 8:28; Mc 1:24; 5:7; Lc 4:34; 8:28,31; 10:17). Sobretudo na cruz, deve-se reconhecer e afirmar de forma veemente que Jesus desferiu o golpe fatal. No madeiro o Messias triunfou sobre as hostes malignas e venceu definitivamente o reino das trevas (cf. Cl 2:15; Hb 2:14-15). Esta vitória de Jesus sobre Satanás, se constitui em mais uma evidência e garantia de que este reino fora inaugurado.

Em terceiro lugar, outra evidência incontestável de que o reino de Deus já chegou é a nova era de salvação que Jesus Cristo inaugurou. Ele escandalizou seus ouvintes ao dizer que tinha poder para salvar o pecador do seu pecado. Somente Deus salva, portanto, um homem fazer tal afirmação seria certamente uma blasfêmia. Mas Jesus não somente afirmou como de fato salvou inúmeros pecadores. Quando Zaqueu se arrependeu de seus pecados ele afirmou categoricamente: *Hoje, veio salvação a esta casa.* E quando todos estavam abismados com sua alegação ele concluiu: *Porque o Filho do Homem veio buscar e salvar o que se havia perdido* (Lc 19:9-10).

O que o relato dos evangelhos está ensinado é que o reino de Deus havia chegado e agora os seres humanos podiam ser salvos. Assim, também, ele mostrou através de suas parábolas, de que maneira, por meio dele, homens e mulheres estavam sendo salvos. As três parábolas contada por ele em Lucas 15 ensinam isto. Ele é o pastor que vai em busca da ovelha que se desgarrou; a

mulher que vasculha a casa a fim de achar a moeda que havia perdido e o pai que recebe amorosamente o filho que havia se extraviado.

Esta nova era de salvação como evidência da chegada do reino de Deus também se manifestava pelo fato de Jesus perdoar aqueles que se achegavam a ele. O Antigo Testamento já havia preconizado uma era de perdão a todos os pecadores (Is 33:24; Jr 31:31-34; Ez 18:31; 36:22-28; Mq 7:18-20) e, de fato, chegou através de Jesus Cristo (Mt 1:21). É por isso que ao parálico ele podia dizer: *Filho, perdoados estão os teus pecados* (Mc 2:5).

Pela mesma razão, quando uma mulher de moral questionável lavou seus pés com alabastro, ele olhou para ela com ternura e lhe assegurou: *Os teus pecados te são perdoados* (Lc 7:48). Por que ele fazia isto? Por que perdoava pecados? Simples: porque o reino de Deus havia chegado; uma nova era de salvação aos homens havia irrompido no horizonte obscuro da história. Agora, as ovelhas perdidas podiam voltar ao aprisco do bom pastor; os filhos pródigos retornar aos braços amorosos de seu pai eterno e os pecadores serem justificados e salvos pela graça de Jesus, o verdadeiro rei. Esta é mais uma prova cabal da chegada do reino por meio dele.

Tendo sido inaugurado por Cristo, o reino de Deus constitui-se, então, uma realidade tanto presente quanto futura. É futura (ou escatológica), pois será consumado e estabelecido plenamente somente por ocasião do retorno de Jesus a terra (Mt 13: 36-43; 25:42; Lc 11:2; 13:28, 29); por outro lado, é presente, pois já foi inaugurado através de Jesus, o Messias e suas bênçãos podem ser desfrutas no tempo presente, ainda que parcialmente (Lc 16:16; 17:20). Qualquer “tentativa de depreciar esse caráter, seja pela aplicação de uma redução eticizante ou simbolizante ou pela separação entre o presente e o futuro, é uma dissolução do conteúdo do evangelho do reino”.⁹⁵

Sim, o reino já chegou, mas sua consumação ainda não. Sua presença está aqui, mas sua plena realidade ainda está por vir. A era futura invadiu a era presente e os homens já podem entrar no reino e desfrutar de suas benesses. Estas realidades (presente e futura) foram sobrepostas com a vinda e inauguração do reino em Cristo e um “dos pressupostos fundamentais para se entender o evangelho é manter essa unidade em vista”.⁹⁶ Como disse Culver

Assim, a era vindoura (ver Mt 19:28) já irrompeu na era presente com a vinda do Messias; os que creem no Messias (as predições do Antigo Testamento incluíam os gentios no seu reinado benevolente) já entraram no Reino do Messias e já participam em algumas das bênçãos desse reino de outro modo futuro. Eles agora têm “a vida eterna” (Jo 3:16); eles já passaram “da morte para a vida” (Jo 5:24). Sua “vida” já está, agora, “escondida com Cristo em Deus” (Cl 3:3), e serão “manifestados com ele em glória” quando “Cristo [...] for manifestado” (Cl 3:4)⁹⁷

Uma vez analisado a predição e a inauguração do reino de Deus ainda se faz necessário entender, para fins terminológicos, qual o significado (etimológico e teológico) deste reino predito no Antigo Testamento e inaugurado por Jesus o Messias. Quando se analisa o termo “reino”, etimologicamente falando, entende-

⁹⁵ Ridderbos (2010:91).

⁹⁶ Ridderbos (2010:91).

⁹⁷ Culver (2012:1139).

se então que ele é a tradução das palavras *malkuth* em hebraico e *basileia* em grego. O “sentido primário da palavra hebraica *malkuth*, do Antigo Testamento, como da grega *basileia*, do Novo Testamento, é a posição, autoridade e soberania exercida por um rei”.⁹⁸ Desta forma, o reino de Deus tem o significado de autoridade e soberania que Deus exerce através de seu governo sobre a vida daqueles que se submetem a ele.

Segue-se então que o reino de Deus, em seu conceito teológico, não é o céu (lugar para onde muitos cristãos pensam equivocadamente que irão quando morrerem) ou a eternidade ou mesmo a igreja como interpretou Agostinho no quarto século. Este reino é o domínio soberano de Deus no qual os seguidores de Cristo já entraram (Cl 1:13). É a esfera do governo de Deus onde aqueles que se submeteram ao Senhor Jesus estão agora obedecendo as suas ordens. É, portanto, o reinado de Deus sobre às vidas de homens e mulheres que oram e investem sua existência para que sua vontade seja feita na terra como é feita no céu (Mt 6:10). Assim, “portanto, o território onde essa ação divina ocorre e no qual as bênçãos do reino são desfrutadas é chamado de basileia [reino] de Deus ou dos céus”.⁹⁹

A igreja como comunidade do reino

Esclarecido o sentido bíblico de reino de Deus ainda é preciso compreender o conceito teológico de igreja em relação a este reino. Segundo Ridderbos o “conceito de basileia [reino] nunca ocorre no mesmo sentido de *ekklesia*”.¹⁰⁰ Isto não quer dizer que os conceitos nunca estejam relacionados. Muito pelo contrário, igreja e reino estão intrincadamente relacionados nas Escrituras – não em termos de significado ou sentido análogos, mas de relação e de proximidade teológica; são termos limítrofes, de certa forma. Todavia, se o reino diz respeito ao governo soberano de Deus, então, ele não deve ser confundido com as pessoas que pertencem a este reinado e governo. Estas pessoas não formam o reino em si. Elas “formam o povo do domínio de Deus que entra no Reino, que vive sob a autoridade desse Reino, governado e orientado pelo Reino”.¹⁰¹ Os cristãos são os servos do reino, mas nunca o reino em si, de acordo com o relato de João (Jo 18:36).

Uma vez que se esclarece o que é a igreja – a comunidade e o povo do reino – se estabelece de pronto também aquilo que ele não é: ou seja, a igreja não é o reino de Deus. Há relação inseparável entre o reino e estas pessoas que formam a comunidade cristã, mas a igreja em si não é o reino de Deus. O reino é o domínio e o governo soberano de Deus e a igreja é grupo daqueles que se submetem a este domínio e governo. Ambos não podem ser igualados isto porque as Escrituras nunca o fazem. A pregação dos cristãos que compunham a igreja não era sobre si mesmos, mas exclusivamente sobre o reino de Deus. Eles anunciavam a boa nova do reino como algo distinto deles, tendo sido uma vez inaugurado por Cristo e agora a disposição de todos (At 8:12; 19:8; 20:25; 28:23, 31).

Nos evangelhos Jesus também nunca identificou o grupo dos seus discípulos (a igreja embrionária composta do remanescente fiel, seus primeiros discípulos) como o reino em si (Mt 6:10; Lc 19:11-12; 22:29-30; 23:42; Jo 18:36).

⁹⁸ Idem, P. 20.

⁹⁹ Ridderbos (2010:250).

¹⁰⁰ Ridderbos (2010:250).

¹⁰¹ Ladd (2001:149).

O reino é a esfera presente do domínio de Deus, é invisível, não é um fenômeno deste mundo; ao passo que a igreja é um corpo empírico de seres humanos.¹⁰² Assim, não é correto dizer que igreja e reino são expressões sinônimas. A relação entre a igreja (ekklesia) e o reino (basileia) são muito bem estabelecidas nas Escrituras

[A igreja é] ...uma comunidade daqueles que aguardam a salvação da basileia. Na medida em que a basileia já é uma realidade presente, a ekklesia é também o lugar onde os dons e poderes da basileia se manifestam (...). Em todos os aspectos, a igreja é cercada e impelida pela revelação, o progresso, o futuro do reino de Deus, sem, contudo, ser ela mesma a basileia, e sem jamais ser identificada com ela.¹⁰³

Assim, quando a rejeição de Israel ao Messias e ao seu reino tornou-se evidente, Jesus afirmou aos líderes judeus que as bênçãos e as promessas concernentes ao reino seriam transferidas a outro povo. É isto que Jesus estava explicando em com a parábola dos lavradores maus (Mc 12:1-12 NVI). No versículo 9 ele diz acerca da vinha (uma referência ao reino): *O que fará então ao dono da vinha? Virá e matará aqueles lavradores e dará a vinha a outros.* Mateus descreve as mesmas palavras de Jesus, mas de maneira mais expressa: *Portanto eu lhes digo que o Reino de Deus será tirado de vocês e será dado a um povo que dê os frutos do Reino* (Mt 21:43 - NVI). Esse povo descrito por Jesus não é uma “nação” em particular, mas o novo povo de Deus que está sendo constituído em Israel a partir dos que acolheram Jesus como Senhor. Este outro povo, portanto, ao qual será “dado” o reino é a igreja cristã, o povo de Jesus, constituído de judeus e gentios. Mas, deve-se perguntar, então: Qual a relação que se estabelece entre o reino de Deus e a igreja?

A igreja é resultado do reino de Deus

É correto dizer que a igreja é o resultado do reino de Deus inaugurado por meio de Cristo. O correto entendimento desta relação entre o reino e a igreja passa por uma adequada compreensão da relação entre a igreja e Israel ou mesmo entre Jesus e Israel. Esta questão já foi analisada. Como visto no capítulo anterior, Israel rejeitou Jesus, o Messias e conseqüentemente seu reino. Contudo, como se sabe pelo relato bíblico, houve um grupo pessoas, um “remanescente fiel” que creu que Jesus era verdadeiramente o Messias anunciado pelos profetas, de fato, o rei que estabeleceria o reino de Deus aqui na terra.

Este grupo de pessoas, este remanescente fiel tornou-se a ekklesia – também nomenclatura da igreja incipiente ou embrionária – o povo de Jesus Cristo em que as promessas e bênçãos do reino de Deus se cumprem. Em outras palavras, a presença do reino gerou a igreja. A mensagem de Jesus consistia em convidar os homens para que entrassem neste reino. Assim, a igreja, aqueles que recebem a mensagem de Jesus, é resultado do reino de Deus inaugurado e anunciado por Cristo e não o oposto. É em razão disto que

¹⁰² Ladd (2001:150-151)

¹⁰³ Ridderbos (2010:259).

Jesus “considerou o círculo daqueles que receberam a sua mensagem como sendo os filhos do Reino, o verdadeiro Israel, o povo peculiar de Deus”¹⁰⁴.

O reino é o governo soberano de Deus e a igreja é o verdadeiro povo de Deus que “recebem o dom do reino dos céus de modo provisório já agora, visto que o Messias chegou, e receberá plenamente um dia, no estado de perfeição, por ocasião da *parousia* do Filho do Homem”.¹⁰⁵ Nesta equação a igreja é resultado e decorrência do reino inaugurado e estabelecido por Cristo na história e o reino de Deus, por sua vez é a origem desta igreja. O reino vem primeiro que a igreja. Portanto, não se pode equiparar o reino e à igreja como se fossem idênticos. Como afirma Wright, o cristianismo primitivo considerava-se um movimento do Reino de Deus.¹⁰⁶ Esta compreensão é essencial para o desenvolvimento bíblico da relação entre a igreja e o reino.

A igreja testemunha acerca do reino de Deus

Também é correto dizer que a igreja testemunha sobre reino. Sim, como já visto, a igreja não estabelece, não cria, nem edifica o reino – todas estas expressões estão equivocadas biblicamente; a igreja dá testemunho do reino de Deus. Mas como ela faz isto? *Em primeiro lugar, a igreja testemunha do reino proclamando-o através da pregação.* O Novo Testamento nos mostra que a igreja é convocada pelo próprio Cristo a assumir a responsabilidade de pregar o evangelho por todo o mundo (Mc 16:15). E este evangelho se consiste em que? Simplesmente no anúncio do reino de Deus, mensagem está proclamada inicialmente pelo próprio Jesus (Mt 4:23). Em obediência as suas ordens o livro de Atos dos Apóstolos mostra os primeiros cristãos empenhados em proclamar as boas novas do reino. Felipe, por exemplo, foi até Samaria (conforme Jesus havia ordenado em At 1:18) e *lhes pregou as boas novas do reino de Deus e do nome de Jesus Cristo* (At 8:12).

Paulo, por sua vez, estando em Éfeso *entrou na sinagoga e ali falou com liberdade durante três meses, argumentando convincentemente acerca do reino de Deus* (At 19:8). Proclamar este reino eterno constituiu um elemento básico da missão e do ministério do apóstolo de acordo com o relato de Lucas em Atos dos Apóstolos (At 20:25; 28:23). Realmente a igreja testemunha do reino proclamando suas boas novas através da pregação, mas não somente.

Em segundo lugar, a igreja testemunha do reino sinalizando-o através de sua conduta e vida. A igreja não é o reino de Deus em si; ela é um sinal, um vislumbre deste. Cabe, portanto, à igreja de Cristo, a missão de sinalizar o reino de Deus no mundo. Isto fica muito claro quando analisadas as figuras de linguagem utilizadas por Jesus para se referir a igreja em Mateus 5:13-16. Cristo disse que os cidadãos do reino eram o sal da terra, a luz do mundo e uma cidade situada em cima do monte que não poderia ser escondida das pessoas.

Jesus utilizou estas metáforas para exemplificar o impacto que a igreja, como comunidade do reino, deveria ter no mundo em que vive. A claridade muda radicalmente um ambiente imerso em trevas assim como a igreja deve alterar admiravelmente o ambiente social em que está inserida quando sinaliza o Reino de Deus em meio às trevas espirituais que lhe cercam.

A igreja sinaliza o reino quando, por meio de suas obras e de sua conduta, desacelera a deterioração moral da sociedade em que está, assim como o sal,

¹⁰⁴ Ladd (2001:104).

¹⁰⁵ Ridderbos (2010:258).

¹⁰⁶ Wright (2012:149).

como um conservante natural utilizado nos dias de Jesus, servia para refrear o processo de putrefação da carne conservando-a por um longo tempo. A igreja testemunha e sinaliza o reino de Deus quando é visível ao mundo – por meio de suas ações e seu exemplo – assim como uma cidade construída em cima de um monte é vista por todos e conseqüentemente incapaz de ser escondida. Neste aspecto Pannenberg acertou ao dizer que:

A igreja, portanto, não é idêntica com o reino de Deus, mas ela é sinal de seu futuro salutar, mais precisamente é sinal, de tal modo que o futuro de salvação de Deus já está presente nela e se torna acessível às pessoas através da igreja, através de sua proclamação e sua vida de celebração [...] Sob estes aspectos os cristãos foram, por meio do Espírito do Pai, já agora “transportados para o reino de seu Filho” (Cl 1:13), de sorte que através dele foram redimidos já agora do pecado (Cl 1:14). É neste sentido que o reino de Deus, que já se tornou presente pela atuação de Jesus (Lc 11:20) também está presente com eficácia na igreja dele [...] ¹⁰⁷

Os ensinamentos de Jesus Cristo contidos no sermão do monte acerca das virtudes e qualidades daqueles que estão no reino de Deus (Mt 5, 6 e 7; Lc 6:17-49), como também sua instrução em relação ao serviço em prol das pessoas (Mc 10:35), do perdão irrestrito (Mt 6:12,14, 18:23-35) etc., dizem respeito ao estilo de vida de quem já está no reino, estilo de vida este que por sua radicalidade sinaliza o próprio reino aos que estão fora. Acerca disto, Ladd diz:

Portanto, é tarefa da igreja demonstrar a vida e a comunhão do Reino de Deus e do século futuro em uma era dominada pela perversidade e egoísmo, orgulho e animosidade. Esta demonstração da vida característica do Reino é um elemento essencial do testemunho da Igreja em favor do Reino de Deus. ¹⁰⁸

Em suma, para ser sinal do reino de Deus, um vislumbre da era futura, os cristãos, que juntos compõem a igreja de Cristo na terra, precisam manter-se íntegros em seus valores e ideais. Não podem negociar sua fé, sua obediência a Deus, sua consciência, moralidade, ética e honestidade. De acordo com Jesus não podem ser sal insípido (Mt 5:13). Igrejas precisam ser exemplares. Precisam ser luz nas trevas. Por esta razão o apóstolo Paulo exortou aos filipenses que fossem irrepreensíveis e sinceros, filhos de Deus inculpáveis no meio de uma geração pervertida e corrupta, na qual resplandeceis como luzeiros no mundo (Fp 2:15).

Quando a igreja é solidária, amorosa, honesta, íntegra, amigável, paciente e altruísta, ela está agindo como um farol brilhando a luz de Cristo, sinalizando o reino na terra. Por isto, verdadeiros cristãos não devem esconder-se, mas viver e trabalhar em lugares onde sua influência seja sentida e a luz que neles haja seja mais plenamente manifesta a outros. ¹⁰⁹ Uma igreja composta por cristãos cientes disto, torna-se um vislumbre “aqui e agora” do Reino de que será

¹⁰⁷ Pannenberg (2009:71).

¹⁰⁸ Ladd (2001:154).

¹⁰⁹ Tasker (1980:51).

consumado somente “lá e então”. Ela é, de certa forma, um “pedacinho do céu”. Um sinal histórico e uma expressão clara de que o reino de Deus chegou.¹¹⁰

1.6 A unidade da igreja

A unidade é uma característica essencial da igreja de acordo com Jesus, à luz da oração sacerdotal.

Minha oração não é apenas por eles. Rogo também por aqueles que creão em mim, por meio da mensagem deles, para que todos sejam um, Pai, como tu estás em mim e eu em ti. Que eles também estejam em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste. Dei-lhes a glória que me deste, para que eles sejam um, assim como nós somos um: eu neles e tu em mim. Que eles sejam levados à plena unidade, para que o mundo saiba que tu me enviaste, e os amaste como igualmente me amaste (Jo 17:20-23 – NVI).

Por unidade, referimo-nos ao vínculo espiritual e essencial que existe entre todos os cristãos. Todos os cristãos são um em Cristo. Jesus ora para que a unidade entre os cristãos seja parecida com a unidade que existe entre os membros da Trindade: “Pai, Filho e Espírito Santo são um em essência, os crentes, por outro lado, são um em mente, esforço e propósito”.¹¹¹ A igreja possui o desafio de evidenciar esta unidade espiritual de forma concreta na história.

Podemos definir a Trindade assim: Deus subsiste eternamente, sendo três pessoas em unidade: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Cada pessoa é, de modo pleno, Deus; todavia, existe somente um Deus. Apesar de serem pessoas distintas e exercerem atividades criacionais e redentivas, diferentes e complementares, o Pai, o Filho e o Espírito Santo constituem, em essência, apenas um Deus.

Essa dupla verdade, unidade e diversidade, deve ser bem compreendida. Somos um só corpo, mas muitos e diferentes membros. Por isso, devemos evidenciar nossas singularidades. De igual modo, somos muitos, porém, um só povo de Deus. Devemos, então, evidenciar a nossa unidade. Diversidade na unidade e unidade na diversidade. Deus é assim. Nós também fomos feitos assim.

A oração de Jesus pela unidade dos seus discípulos tem ao menos dois propósitos claros: 1) por meio dela, autenticar o seu ministério: *Que eles também estejam em nós, **para que** o mundo creia que tu me enviaste* (v.21 – grifo nosso); 2) levar o mundo a entender que o amor de Deus para com os discípulos é da mesma espécie e natureza daquele amor com que o Pai amou o Filho:¹¹² *Que eles sejam levados à plena unidade, **para que** o mundo saiba que tu me enviaste, e os amaste como igualmente me amaste* (v.23 – grifo nosso).

A unidade entre os cristãos só é possível por causa da obra de Cristo na cruz. Ele é o *mediador* da unidade. A unidade dos filhos de Deus é um dos muitos resultados da obra da cruz. Jesus, através da sua morte na cruz, nos reconciliou com o Pai para vivermos como irmãos, *porque ele é a nossa paz, o qual de ambos fez um* (Ef 2:14). Com base no que Cristo conquistou e possibilitou na cruz, o Espírito Santo é o responsável por dar origem a unidade entre os cristãos.

¹¹⁰ Ramos e Bitum (2012: 62).

¹¹¹ Hendriksen (773).

¹¹² Dusileck (1996:57).

É o Espírito Santo quem aplica os benefícios da cruz na vida dos cristãos. Efésios 4:3 fala da “unidade do Espírito”. Pode-se traduzir este texto, também, por “a unidade concedida pelo Espírito”.

Se é verdade que a base que tornou a unidade possível foi a obra da cruz (Ef 2:11-22), é também verdade que quem a torna uma realidade é o Espírito Santo (1 Co 12:12-13). Todos os cristãos verdadeiros estão ligados em uma unidade orgânica e fazem parte do corpo de Cristo, por meio do Espírito. Estes, devem se esforçar para vivenciá-la e preservá-la: *...esforçando-vos diligentemente por preservar a unidade* (v.3). O verbo “esforçar”, usado neste versículo, encontra-se no particípio presente na língua grega, indicando que a igreja deve se esforçar constantemente para manter a unidade.¹¹³

Em Efésios 4:4-6, o apóstolo apresenta algumas marcas distintivas da unidade cristã. São sete marcas ao todo. Tais marcas estão presentes na vida de todos os cristãos verdadeiros, espalhados pelo mundo. Em primeiro lugar: *um só corpo* (Ef 4:4a). Este corpo é a igreja, constituída por todos os salvos. Em segundo lugar: *um só Espírito* (Ef. 4:4b). Todos os verdadeiros cristãos são habitados por ele. É o Espírito quem nos coloca no corpo e quem movimenta a igreja de forma dinâmica para cumprir sua missão. Em terceiro lugar: *uma só esperança da nossa vocação* (Ef 4:4c). O texto faz referência à esperança da volta de Cristo, ao advento. Todos os cristãos acreditam nesta verdade: *Jesus aparecerá pela segunda vez, não para tirar pecados, mas para salvar as pessoas que estão esperando por ele* (Hb 9:28). Em quarto lugar: *um só Senhor* (Ef 4:5a). O nome dele é Jesus Cristo. Embora a igreja, como instituição, tenha líderes humanos, Jesus sempre será a autoridade máxima (Ef 1:22-23). Todos os cristãos estão unidos em torno de Cristo e reconhecem o seu senhorio sobre suas vidas.

Em quinto lugar: *uma só fé* (Ef 4:5b). A fé à qual o texto se refere é a mesma mencionada por Judas em sua carta, o conjunto de verdades que Cristo confiou à sua igreja por meio dos apóstolos: *...senti que era necessário escrever-lhes insistindo que batalhassem pela fé uma vez por todas confiada aos santos* (Jd 3 – NVI). Trata-se do “conjunto de princípios absolutos que une todos os cristãos e que consiste na essência do Evangelho”.¹¹⁴ Em sexto lugar: *um só batismo* (Ef 4:5c). O texto faz referência ao batismo que o Espírito executa, quando nos convertemos, inserindo-nos no corpo de Cristo (1 Co 12:12-13). Somos espiritualmente imergidos no corpo de Cristo pelo Espírito. Quando nos batizamos nas águas, damos testemunho de que Cristo é nosso Senhor e que fomos imergidos no corpo dele pelo Espírito. Neste ponto, é importante fazer uma ressalva. Há diferença entre o batismo realizado **pelo** Espírito (1 Co 12:12-13), com o batismo **no** Espírito, realizado por Jesus (Mc 1:8; At 1:5). O batismo **pelo** Espírito é aquele em que o próprio Espírito nos imerge no corpo de Cristo. O batismo **no** Espírito é aquele no qual Cristo nos imerge **no** Espírito e a sua evidência são as línguas ininteligíveis.

Por último, em sétimo lugar: *um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos, age por meio de todos e está em todos* (Ef 4:6). Deus é descrito como nosso “Pai”, o líder dentro da família de Deus, da qual somos membros (Ef 2:19). Nesta família, todos nós somos iguais. Como filhos amados de Deus, obedecemos seguindo o exemplo do nosso Senhor (Ef 5:1-2).

¹¹³ Wiersbe (2006:45).

¹¹⁴ Lima (2007:18).

II. A VIVÊNCIA DA IGREJA

Nesta parte desta obra, trataremos sobre a vivência da igreja de Cristo, isto é, sobre o seu dia a dia. O que ela foi chamada a fazer? Quem são os seus oficiais? Ela deve praticar as ordenanças? A disciplina de membros deve ser parte da caminhada da igreja? Nas linhas a seguir, checaremos o que a Bíblia tem a nos dizer sobre estes temas.

2.1 Os propósitos da igreja

No tópico sobre a natureza da igreja, afirmamos, de modo simples, que podemos defini-la como a comunidade dos discípulos de Jesus em missão no mundo. Antes de falarmos dos propósitos da igreja, vale a pena destacar que a identidade básica da igreja está relacionada com a missão de Deus. Por causa do pecado, vivemos num mundo disfuncional. Todavia, a Bíblia é clara em dizer que Deus está empenhado e ativo para restaurar todas as coisas. Ele está em missão para reconciliar consigo mesmo todo o universo: *Pois foi do agrado de Deus que nele habitasse toda a plenitude, e por meio dele reconciliasse consigo todas as coisas, tanto as que estão na terra quanto as que estão no céu, estabelecendo a paz pelo seu sangue derramado na cruz* (Cl 1:19-20 - NVI).

Esta reconciliação acontece por meio do envio do Filho. Deus Pai enviou o Filho para restaurar o universo. Com Jesus, o tempo da restauração e da retomada do universo em rebelião acontece (Mc 1:14-15; Mt 28:18). Paulo diz, em Efésios, que Deus quer fazer convergir em Cristo todas as coisas, tanto as que estão nos céus como as que estão na terra (Ef 1:10). Isto é, o Pai deseja trazer de volta para debaixo do seu controle todo universo. E todas as providências foram tomadas. Jesus veio para buscar e salvar o que estava perdido (Lc 19:10); satisfazer era ira de Deus (Rm 3:21-26) e sua justiça ultrajada (2 Co 5:20-21). Ele fez isso de modo completo; cumpriu sua missão. Por isso, pode dizer que toda a autoridade lhe foi dada no céu e na terra (Mt 28:19).

Todo universo pertence ao Senhor Jesus, por direito de criação e redenção. Contudo, ainda está em rebeldia. E, por isso, enquanto ainda estevava entre nós, Jesus falou da criação da igreja (Mt 16:18), uma comunidade que nasceria engajada em viver e anunciar de todas as maneiras o projeto de Deus, em Cristo (2 Co 5:17-21). A igreja foi encarregada da palavra da reconciliação. Jesus disse que esta igreja possuiria a chave do reino dos céus. Ela é a comunidade do reino (Mt 21:43), que anuncia o tempo da restauração, da chegada do reino, da restauração do propósito original de Deus para os seres humanos. A igreja, desta forma, já nasce comissionada. Assim como o “Pai” enviou o “Filho” e este o “Espírito Santo”, ambos “enviam” a igreja ao mundo (Jo 20:21), aos rebeldes, para conclamá-los através do serviço, amor, testemunho, presença, a reconhecerem o rei. Ela é missionária por sua essência.

Por isso, Stetzer chega a dizer que a “igreja precisa se conscientizar que missão é sua identidade fundamental”.¹¹⁵ **A igreja é, por natureza, uma comunidade missional.** E o que isso significa? A palavra missional é um adjetivo. Uma igreja missional é uma igreja reconhecida por viver para a missão. Tudo que ela é e faz tem como horizonte a missão de Deus. É uma comunidade

¹¹⁵ Stetzer (2015:47).

que se compreende em missão no mundo. Uma igreja não “missional é uma deturpação da verdadeira natureza da igreja. (...). Ser discípulo de Jesus Cristo e membro do seu corpo é viver uma experiência missionária no mundo. Não há dúvida que foi assim que os primeiros cristãos entenderam o seu chamado”.¹¹⁶ Esta identidade da igreja está arraigada no Deus que envia (Jo 20:21).

O Jesus enviado pelo Pai, comissiona seu povo para engajar-se neste projeto de redenção de Deus. Observe que o versículo de Jo 20:21 possui a expressão “Assim como...”. O paradigma da nossa missão é a missão de Jesus:

O conceito de *missio Dei*, a missão de Deus, é o reconhecimento de que Deus é um Deus que envia, e a igreja é enviada. É a missão mais importante das Escrituras. Jesus Cristo é a encarnação desta missão; o Espírito Santo é o poder dessa missão; a igreja é o instrumento dessa missão; e a cultura é o contexto em que essa missão ocorre.¹¹⁷

A missão não cumprida e até desconsiderada pelo povo de Israel, foi transferida e repassada para a igreja (1 Pd 2:9-10). Pois bem, esta é a **identidade** da igreja, o seu chamado básico e essencial. É a resposta para a pergunta “quem nós somos?”. Diante desta resposta, a igreja pode responder a outra pergunta: “Por que estamos aqui?”. Esta outra pergunta tem a ver com os **propósitos** ou alvos da igreja. A igreja não foi criada para existir como um fim em si mesma, mas para executar o propósito do Senhor Jesus para ela. À luz do Novo Testamento, todas as igrejas compartilham ao menos quatro propósitos comuns.

Exaltação a Deus

Deus estabeleceu “um povo para adorá-lo, e este povo é a igreja. A maior função da igreja neste mundo é adorar a Deus. Todas as demais coisas devem ser subservientes a esse princípio básico”.¹¹⁸ A adoração precede qualquer outra missão da igreja porque é o que move os crentes a fazerem o que Cristo lhes ordenou. A evangelização, o ensino, a contribuição, a ajuda ao necessitado, enfim, todas as outras atividades da igreja acontecem porque, primeiramente, os cristãos possuem a consciência de que servem a Deus e possuem um coração desejo de glorificá-lo. É essa consciência da pessoa de Deus que move os cristãos ao serviço. Isso vem antes de tudo, e se chama adoração. Nas palavras de Grudem, adoração “é a atividade de glorificar a Deus em sua presença com nossa voz e com nosso coração”.¹¹⁹

Quando escreveu à igreja de Colossos, Paulo ordenou: *Habite ricamente em vocês a palavra de Cristo; ensinem e aconselhem-se uns aos outros com toda a sabedoria, e cantem salmos, hinos e cânticos espirituais com gratidão a Deus em seus corações. Tudo o que fizerem, seja em palavra ou em ação, façam-no em nome do Senhor Jesus, dando por meio dele graças a Deus Pai* (Cl 3:16-17). Em adoração, os servos de Deus, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, sempre mostraram reconhecimento da pessoa de Deus e dos seus feitos (Cf. 1 Cr 16:8,34; 2 Cr 20:21; Sl 7:17, 30:4, 35:18, 50:14, 52:9, 57:9, 92:1; Is 51:3; Mt 11:25; Lc 2:38; Rm 1:21, 7:25). Na igreja primitiva, quando os cristãos se reuniam, havia adoração a Deus (At 2:42-47).

¹¹⁶ Stetzer (2015:47).

¹¹⁷ Stetzer (2015:48).

¹¹⁸ Lima (2006:511).

¹¹⁹ Grudem (1999:847).

Edificação mútua

A igreja existe para promover edificação dos cristãos. Embora este aspecto do propósito da igreja não seja tão evidente quanto a evangelização, por exemplo, ele é vital para a vivência saudável da igreja e, há alguns textos no Novo Testamento que apontam para esta verdade. Quando escreveu aos Efésios, Paulo disse que Deus deu líderes com dons a igreja (Ef 4:11), tendo em vista o *aperfeiçoamento dos santos para a obra do ministério* (Ef 4:12). Neste mesmo texto, o apóstolo falou sobre a necessidade de cada cristão crescer: *Antes, seguindo a verdade em amor, cresçamos em tudo naquele que é a cabeça, Cristo. Dele todo o corpo, ajustado e unido pelo auxílio de todas as juntas, cresce e edifica-se a si mesmo em amor, na medida em que cada parte realiza a sua função* (Ef 4:15-16). Os próprios dons espirituais foram dados tendo em vista edificação da igreja (1 Co 12:4-5; 12).

E, de modo prático, como a edificação mútua acontece? Primeiro, pela comunhão. Os cristãos são desafiados a evidenciar a unidade, vivendo a comunhão do Espírito (2 Co 13:13), obedecendo aos vários mandamentos da mutualidade (Jo 13:34; Rm 15:7; 1 Co 12:25; 2 Co 13:12; Gl 5:2, 9-26; Ef 5:21; Cl 3:13; 1 Ts 4:1; Tg 4:11; 5:16, etc.). Além disso, a igreja contribui para a edificação dos seus membros através da instrução ou ensino. Jesus disse que seus discípulos deveriam ser ensinados sobre tudo o que ele ordenou (Mt 28:19-20). Discipular envolve, também, ensinar. A igreja não foi chamada apenas a levar as pessoas a fé salvífica inicial, mas apresentar todo ser humano perfeito em Cristo (Cl 1:28).

Evangelização do pecador

A igreja de Cristo tem a tarefa de proclamar o evangelho. Jesus disse: *Ide por todo o mundo, e pregai o evangelho a toda a criatura* (Mc 16:15). Isso é tão importante que as palavras usadas para “pregação” no Novo Testamento se repetem mais de 115 vezes. É importante ressaltar que a Bíblia não manda a igreja “converter” o mundo, isso não é sua tarefa, o fruto da evangelização vem de Deus. Todavia, a Bíblia é clara em dizer que a igreja tem de “proclamar as boas novas” incansavelmente. A evangelização era um dos pontos fortes da igreja primitiva. Eles obedeceram a ordem de Jesus de proclamar o evangelho e por isso, *todos os dias acrescentava o Senhor à igreja aqueles que iam sendo salvos* (At 2:47). A igreja também precisa ser uma proclamadora das boas novas, aonde estiver: *Como um perfume que se espalha por todos os lugares, deixemo-nos ser usados por Deus para que Cristo seja conhecido por todas as pessoas* (2 Co 2:14 – NTLH).

Em sua ordem relacionada a evangelização, Jesus disse que ela deveria pregar o evangelho a “toda criatura” (Mc 16:15), que ele queria discípulos de “todas as nações” (Mt 28:19) e que o evangelho deveria ser levado até os “confins da terra” (At 1:8). Ou seja, para Jesus, a igreja seria a comunidade, a partir da qual, o evangelho alcançaria as nações. Neste sentido, deve haver um comprometimento da igreja com a evangelização em todas as áreas.

Exercício da compaixão

A igreja de Cristo tem a missão de exercitar a compaixão. Nós já mencionamos que a evangelização dos pecadores e a edificação dos salvos fazem parte dos propósitos da igreja. A exemplo de Jesus que, além de anunciar

o evangelho, *andou fazendo o bem* (At 10:38), sua igreja é chamada a desenvolver esse ministério. Servir sem ter compaixão, sem se preocupar com as pessoas, ofende a humanidade delas.¹²⁰ Escrevendo para as igrejas asiáticas sob sua supervisão,¹²¹ João disse: *Ora, aquele que possuir recursos deste mundo, e vir a seu irmão padecer necessidade, e fechar-lhe o seu coração, como pode permanecer nele o amor de Deus?* (1 Jo 3:17). Ele completa: *...não amemos de palavra, nem de língua, mas por obra* (v. 18).

É missão da igreja exercitar compaixão. Ela não pode e nem foi chamada para acabar com a pobreza no mundo, todavia ela tem responsabilidades com os de dentro, *com os da família da fé* (Gl 6:10). Em relação aos de fora, dentro de suas possibilidades, deve fazer o bem a todos. Inclusive, Jesus falou sobre ajudar aos descrentes, mesmo sabendo que eles podem não responder com gratidão (Lc 6:35-36).

Uma das marcas da igreja nascente no livro de Atos era que ela viveu o cuidado e amor mútuo: *Vendiam suas propriedades e bens, e repartiam com todos, segundo a necessidade de cada um* (At 2:45). A igreja primitiva colocava as pessoas antes dos bens e do dinheiro.¹²² Apesar deste texto não ensinar que devemos vender todos os nossos bens e repartir com os outros, a disposição em compartilhar é um princípio permanente, que deve ser característica da igreja em todos os tempos.

2.2 Os oficiais da igreja

Um oficial por definição é “alguém publicamente reconhecido como detentor do direito e da responsabilidade de desempenhar certas funções para o desenvolvimento da igreja”.¹²³ Na época do Novo Testamento, havia algumas classes de oficiais. Dentre elas, as mais importantes são: os apóstolos, os presbíteros e os diáconos. A primeira delas, os apóstolos, estava limitada ao tempo quando a igreja primitiva foi fundada, aos doze e ao apóstolo Paulo. Para ser apóstolo, é necessário ter visto Jesus ressurreto e ter sido por ele comissionado (At 1:21-22; Mt 10:2-4; Gl 1:11-24).¹²⁴ Logo, Paulo foi o último apóstolo, pois foi o último a ver Jesus (1 Co 15:8).

Os apóstolos também estavam gabaritados para definirem doutrinas (Ef 2:20). A nossa fé é a fé apostólica. Cremos naquilo que os apóstolos escreveram e que está registrado no que conhecemos como Novo Testamento. Sendo assim, não temos mais o apostolado como ofício em nosso tempo. Contudo, se é verdade que não temos mais o ofício do apóstolo, é verdade também que as outras duas classes de oficiais presentes no Novo Testamento continuam. O ofício de presbítero e diácono acompanharam a igreja por toda a história.¹²⁵ Analisemos cada uma delas, na sequência.

Os presbíteros

Os presbíteros eram oficiais da igreja. Estes foram chamados para apascentar a igreja de Deus (At 20:28). Suas qualificações estão expressas em

¹²⁰ Mulholland (2004:182)

¹²¹ Wilkinson (2000:528).

¹²² Gianastacio (2006:42).

¹²³ Grudem (1999:759).

¹²⁴ Nicodemus (2001:19).

¹²⁵ *Ibidem*.

1 Timóteo 3:1-7. Os presbíteros também eram denominados bispos ou anciões (At 20:17, 28). Esses termos são sinônimos (cf. Tt 1:5,7; 1 Pd 5:1-2). Qual era missão dos presbíteros e como eram escolhidos? Tratemos destas duas questões:

A missão dos presbíteros

A missão de um presbítero é governar e ensinar a igreja e os cristãos que Deus coloca sob seus cuidados. No Novo Testamento, em linhas gerais, pode-se dizer que eram responsáveis pelo governo da congregação (cf. At 20:17,28; 1 Tm 3: 4-5; Tt 1:5,7; 1 Pd 5:1-2); e pelo ensino das Escrituras (cf. 1 Tm 3:2; 5:17, Tt 1:9). Segundo Grudem, estas eram suas duas tarefas principais.¹²⁶ Shedd, nesta mesma linha, afirma: “Os presbíteros administravam e ensinavam”.¹²⁷

Existe um texto bíblico em que se podem ver estas duas responsabilidades dos presbíteros de modo claro: *Devem ser considerados merecedores de dobrados honorários os presbíteros que presidem bem, com especialidade os que se afadigam na palavra e no ensino* (1 Tm 5:17 – grifo nosso). Com base neste versículo, alguns autores reconhecem a existência de “dois” tipos de presbíteros na igreja primitiva: os que ensinavam a palavra e os que governavam. Todavia, concordamos com Thiessen que, apesar de considerar que existe certa base para esse tipo de opinião, é possível que estas duas qualidades, descreviam atributos diferentes da missão da mesma pessoa.¹²⁸ É certo que alguns vão se destacar mais em uma do que em outra área, mas, isso não é desculpa para ignorar qualquer uma delas. Consideremos então, de forma separada, cada uma destas duas tarefas:

a) A tarefa de administrar a igreja

Devem ser considerados merecedores de dobrados honorários os presbíteros que presidem bem... (1 Tm 5:17a). Essa era uma das principais funções dos presbíteros. A palavra “presidem” que também pode ser traduzida para “lideram”, é um dos deveres “alocados a todos os presbíteros”.¹²⁹ Em 1 Tessalonicenses 5:12, encontramos mais uma possível referência à tarefa de dirigir a igreja dada aos presbíteros. Ali está escrito: *Agora, vos rogamos, irmãos, que acateis com apreço os que trabalham entre vós e os que vos presidem no Senhor e vos admoestam*. Embora os termos bispo ou presbítero não sejam usados neste versículo, é possível que Paulo esteja se referindo às pessoas que ocupavam esses lugares.¹³⁰

Outra imagem bíblica que sugere “direção”, que também é aplicada aos presbíteros, é a de “pastor”. Os presbíteros devem atuar como pastores do rebanho. A Bíblia diz, em 1 Pedro capítulo 5:1-2: *Rogo, pois, aos presbíteros que há entre vós, eu, presbítero como eles, e testemunha dos sofrimentos de Cristo, e ainda co-participante da glória que há de ser revelada: pastoreai o rebanho de Deus que há entre vós* (grifo nosso). Não só aqui em 1 Pedro, mas em Atos, o mesmo conselho é dado por Paulo aos presbíteros da igreja de Éfeso. Ali é dito que o Espírito Santo constituiu os bispos, ou presbíteros (At 20:17), para

¹²⁶ Grudem (1999:768).

¹²⁷ Shedd (1993:84).

¹²⁸ Thiessen (2001:300).

¹²⁹ Rienecker e Rogers (1995:467).

¹³⁰ Marshall (1984:176).

pastorearem a igreja de Deus (At 20:28). O que é pastorear a igreja? Diz respeito a cuidar do rebanho, dirigir, governar. A classe de oficiais que possui estas prerrogativas, à luz do Novo Testamento, são os presbíteros. É importante deixar claro que no Novo Testamento a palavra “pastor” nunca é utilizada como um título, como ela é utilizada pelas igrejas atuais. Pastorear era e é uma função dos presbíteros. Todavia, como a função dos presbíteros é pastorear, algumas denominações cristãs chamam os presbíteros responsáveis pela liderança da igreja local de pastor.

b) A tarefa de ensinar a igreja

Em 1 Timóteo 3:2, é afirmado, de modo claro, que o bispo deve ser *apto para ensinar*. Segundo Warren Wiersbe, o “ensinamento da Palavra de Deus é um dos principais ministérios do presbítero”.¹³¹ O presbítero deve ser um estudioso dedicado e zeloso das Escrituras. Em Tito 1:9, nos é dito que o bispo tem de ser *apegado à palavra fiel*. O presbítero deve apegar-se com firmeza às Escrituras; dedicar-se de coração a palavra. Precisa crer que ela é verdadeira e estar pronto a defendê-la.

Analisemos o que Paulo disse para os presbíteros da igreja de Éfeso, no livro de Atos:

Portanto, eu vos protesto, no dia de hoje, que estou limpo do sangue de todos; porque jamais deixei de vos anunciar todo o desígnio de Deus. Atendei por vós e por todo o rebanho sobre o qual o Espírito Santo vos constituiu bispos, para pastoreardes a igreja de Deus, a qual ele comprou com o seu próprio sangue. Eu sei que, depois da minha partida, entre vós penetrarão lobos vorazes, que não pouparão o rebanho. E que, dentre vós mesmos, se levantarão homens falando coisas pervertidas para arrastar os discípulos atrás deles. Portanto, vigiai, lembrando-vos de que, por três anos, noite e dia, não cessei de admoestar, com lágrimas, a cada um (20:26-31).

Paulo deixou bem claro para aqueles presbíteros que, depois que ele fosse embora, “lobos vorazes” penetrariam no meio do rebanho. Esses lobos vorazes eram os falsos mestres que ensinariam falsas doutrinas, com o objetivo de perverterem os crentes em Jesus daquela comunidade. Era tarefa deles “cuidarem” do rebanho contra esses falsos mestres. Paulo os instrui a “vigiar” lembrando do seu próprio exemplo, que por três anos não cessou de admoestá-los. Essa deveria ser a postura dos presbíteros. Se eles deixassem de admoestar o rebanho, fatalmente ele seria presa fácil dos falsos mestres. O presbítero tem a tarefa de ensinar a igreja. Esta, talvez, seja uma das principais tarefas deles.

A escolha dos presbíteros

Ao que tudo indica, pelos textos bíblicos, eram escolhidos por meio de um processo eletivo. O livro de Atos diz o seguinte: *E, promovendo-lhes, em cada igreja, a eleição de presbíteros, depois de orar com jejuns, os encomendaram ao Senhor em quem haviam crido (14:23 – grifo nosso)*. O texto original traz a expressão: *cheirotónésantes*, que significa, dentre outras coisas, “levantar a mão como uma votação; votar, dar seu voto, escolher por voto”.¹³² Kistemaker, diz

¹³¹ Wiersbe (2006:286).

¹³² Robinson (2012:985).

que o termo indica a aprovação “erguendo uma das mãos numa reunião congregacional. Com a aprovação de uma assembleia, as pessoas eram nomeadas para servir numa função especial”.¹³³ O próprio Didaquê, documento que mui provavelmente é do início do segundo século da era cristã, afirma sobre esta questão: “Nomeiem, portanto, para si [por aclamação com uma das mãos], bispos e diáconos dignos do Senhor”.¹³⁴

Depois da escolha, numa cerimônia pública, eles eram entregues aos cuidados do Senhor, por meio da oração (e jejuns) com imposição das mãos (At 14:23; 1 Tm 5:22). A imposição das mãos era o rito público por meio do qual os presbíteros recebiam a posse do ofício para o qual foram chamados. Em 1 Tm 5:22 Paulo faz um alerta quanto a precipitação na escolha dos presbíteros. As exigências aos candidatos ao presbiterato, que ele havia descrito em 1 Tm 3:1-7, precisavam ser examinadas completamente antes que estes pudessem ser designados para o ofício.¹³⁵ Se estas recomendações não fosse levadas em conta, em pouco tempo a igreja teria problemas com estes líderes.

Um dos motivos para esta preocupação, também, pode ser a pluralidade destes líderes na formação da liderança da igreja neotestamentária. Todos os textos que falam sobre o presbítero, o termo aparece no plural: “presbíteros” (At 14:23; 20:17; Tt 1:5; Tg 5:14; 1 Pd 5:1-2). É possível que, qualquer igreja, não importando o tamanho, possuía mais de um presbítero.¹³⁶ Subentende-se, pela leitura do Novo Testamento, que o padrão das igrejas é pluralidade de presbíteros *em cada igreja* (At 14:23) e *em cada cidade* (Tt 1:5). Por isso, Paulo está preocupado com a escolha destes líderes. Muitos líderes, mal escolhidos, poderiam dificultar o trabalho e conseqüentemente o avanço da obra.

Os diáconos

O ofício dos diáconos e diaconisas é parte inseparável do modelo de igreja, no Novo Testamento. O modelo diaconal mui provavelmente chegou ao meio cristão através da congregação judaica,¹³⁷ ou seja, os diáconos não são uma exclusividade da igreja, pois já existiam nas antigas sinagogas.¹³⁸ A escolha de sete homens, como é vista em Atos 6, estava em consonância com a praxe judaica de nomear juntas de sete homens para deveres específicos.¹³⁹ É comumente aceito (embora haja controvérsia) que o surgimento do ministério diaconal surgiu em Atos 6:1-7. Este texto fala do surgimento de um problema administrativo relacionado a assistência às viúvas. Para solucionar o problema, os apóstolos convocaram uma reunião e sugeriram que a comunidade cristã escolhesse sete homens para exercer a função de cuidar dos menos favorecidos a fim de que eles não negligenciassem o ministério da pregação do evangelho. Daí se conclui que o ofício de diácono teve a sua origem como resultado desta necessidade (At 6:2-6).

É importante ressaltar que em Atos capítulo 6 os sete homens que foram escolhidos não recebem o título de diáconos. Todavia, na seqüência do Novo Testamento, o termo “diácono” aparece como designação de determinado tipo

¹³³ Kistemaker (2003:43).

¹³⁴ Kistemaker (2003:43).

¹³⁵ Hendriksen (2001:232).

¹³⁶ Grudem (1999:765).

¹³⁷ Champlin (2002:133)

¹³⁸ Paganelli (2004:77)

¹³⁹ Marshall (2007:123)

de liderança da igreja local (Fp 1:1; 1 Tm 3:8-12).¹⁴⁰ Em 1 Tm 3:8-12, inclusive, temos as qualificações daqueles e daquelas que podem exercer este ofício. Pelo que se percebe, à luz dos textos bíblicos, os diáconos foram chamados, essencialmente, para servir. Enquanto os presbíteros lidavam, primeiramente, com as necessidades espirituais, os diáconos, ou diaconisas, lidavam com as necessidades materiais das igrejas. Isso não significa que a obra do diácono tenha valor inferior. Essa era e é uma tarefa digna e especial.

À luz de Atos capítulo 6, os diáconos eram escolhidos e/ou eleitos pela igreja: *Irmãos, escolham entre vocês sete homens de bom testemunho, cheios do Espírito e de sabedoria. Passaremos a eles essa tarefa* (grifo nosso). A continuidade do texto, em At 6:5, dá a entender que a escolha dos sete candidatos foi feita pelos membros da igreja, e não pelos próprios apóstolos¹⁴¹: *Tal proposta agradou a todos. Então escolheram Estêvão, homem cheio de fé e do Espírito Santo, além de Filipe, Prócoro, Nicanor, Timom, Pármenas e Nicolau, um convertido ao judaísmo, proveniente de Antioquia* (grifo nosso).

O termo *escolheram* (algumas versões utilizam *elegeram*) é a tradução do vocábulo grego *εκλεγομαι* (*eklegomai*) que tem o sentido de *selecionar, escolher para si, escolher dentre muitos*. O termo descreve o ato de decisão em que se dá preferência de várias possibilidades. Ao que tudo indica houve um processo de eleição, estritamente local, onde a igreja escolhe/elege as pessoas que consideravam aptas, baseada em especificações estipuladas pelos apóstolos (6:3), para o desempenho da função diaconal. Conforme mencionamos anteriormente, o Didaquê, documento que mui provavelmente é do início do segundo século da era cristã, afirma que tanto presbíteros quanto diáconos eram escolhidos por aclamação pelo levantar das mãos: “Nomeiem, portanto, para si [por aclamação com uma das mãos], bispos e diáconos dignos do Senhor”.¹⁴²

Assim como no caso dos presbíteros, depois da escolha, numa cerimônia pública, a igreja orava por eles e por meio da imposição das mãos eram ordenados ao serviço (At 6:6). A imposição das mãos era o rito público por meio do qual os diáconos recebiam a posse do ofício para o qual foram chamados.

2.3 As ordenanças da igreja

São três as ordenanças que Jesus instituiu para a sua igreja: o batismo nas águas, a cerimônia do lava-pés e a ceia do Senhor. Todas são cerimônias simples, administradas com elementos simples. Biblicamente, elas devem ser consideradas “ordenanças” justamente porque todas são cerimônias “ordenadas”, isto é, instituídas por Jesus. O catolicismo romano e algumas denominações usam o termo “sacramento”. Uma das principais definições de sacramento é um meio pelo qual a graça de Deus chega até nós.¹⁴³ Biblicamente, parece mais apropriado chamar os ritos instituídos por Cristo de “ordenanças”, pois, eles não possuem em si mesmos um poder misterioso capaz de mudar aqueles que os praticam. Por si só, elas não podem transmitir graça a ninguém. Todavia, Deus pode usá-las para fortalecer e encorajar a fé de quem as pratica. Analisemo-los com mais detalhes.

¹⁴⁰ Idem

¹⁴¹ Marshal (2007:123)

¹⁴² Kistemaker (2003:43).

¹⁴³ Severa (2003:390).

O batismo

O batismo é uma ordenança de Cristo a sua igreja. Ele disse: *Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado* (Mt 28:19-20). O batismo é uma espécie de profissão pública da fé. No Novo Testamento as pessoas eram batizadas assim que decidiam seguir a Cristo. Era um ato de fé e compromisso. O batismo é “uma proclamação poderosa da verdade do que Cristo fez; é uma 'palavra em forma de água', testificando da participação do crente na morte e ressurreição de Cristo”.¹⁴⁴

A palavra “batismo” vem do grego *baptizo*, que significa: imergir, mergulhar.¹⁴⁵ Esse vocábulo era usado antigamente para descrever a imersão de tecidos nos corantes e o ato de submergir uma vasilha, a fim de enchê-la de água. Entretanto, podemos concluir que, o significado mais evidente, ao ser aplicado ao batismo cristão, é “imergir”. Este significado enquadra-se perfeitamente no simbolismo empregado por Paulo, ao se referir ao batismo (Rm 6:3-4; Cl 2:12). Sendo assim, podemos concluir, de acordo com o significado da própria palavra, que a forma correta de realizar esse ato é a imersão, isto é, o candidato deve ser envolvido completamente na água e, depois, retirado (cf. Mt 3:16; At 8:39).

E qual a origem desta prática instituída por Cristo? É provável que a origem desta prática esteja vinculada com os rituais de purificação com água que existiam entre os judeus. Os judeus praticavam o batismo como um ato tradicional de purificação e a iniciação de convertidos ao judaísmo muito antes da vinda do Messias. No livro de Levítico, os sacerdotes e levitas receberam a ordem de realizar uma purificação simbólica na água antes e depois de cumprir seus deveres sacerdotais (Lv 16:4; 23-24). É óbvio que estas passagens não chamam este ritual de purificação de “batismo”, mas, o ponto que se quer destacar é que a ideia de um banho cerimonial simbolizando a purificação já existia no Antigo Testamento. O “batismo de arrependimento” que João Batista ministrava no deserto da Judéia (Lc 3:3; At 19:4), mui provavelmente se inspirou nestes rituais de purificação. João seguiu este paradigma de purificação, sabendo que a purificação final do pecado só seria possível por meio do Messias. O batismo de João foi o prenúncio disso e deu origem ao batismo instituído por Cristo para a igreja. Entretanto, com um significado diferente, conforme já se pontuou.

E quanto à fórmula do batismo? A Bíblia também a descreve. Jesus, ao instituir essa ordenança, disse: *Portanto, ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo* (Mt 28:19 – grifo nosso). Esta é a fórmula batismal: trinitária, “em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”. Alguns podem objetar que isso está em desacordo com o livro de Atos, quando lemos: *... cada um de vós seja batizado em nome de Jesus* (At 2:38). Entretanto, não existe contradição. As narrativas do livro de Atos não representam a fórmula batismal, mas apenas uma simples afirmação de que as pessoas que recebiam o batismo reconheciam a Jesus como seu Senhor e Salvador.

Outra questão importante a ser tratada, neste estudo, diz respeito aos sujeitos ao batismo. Quem deve ser batizado? Nas Escrituras, não encontramos

¹⁴⁴ Erickson (1997:466).

¹⁴⁵ Idem, P. 67.

mencionada a idade correta das pessoas que devem ser batizadas. Todavia, a Bíblia apresenta as condições, de forma bem clara, quando afirma que, para alguém ser batizado, é necessário: 1) o arrependimento dos pecados (*cf.* Mt 3:2-6; At 2:37-38) e 2) a fé em Jesus (*cf.* Mc 16:16; At 8:36-38, 16:31-33). No Novo Testamento, todos os que eram batizados “já tinham aceitado a Cristo pessoalmente e experimentado a salvação”.¹⁴⁶ Sendo assim, como regra geral, podemos afirmar que toda pessoa que seja madura suficiente para confessar seus pecados, arrepender-se e crer em Cristo como Senhor, pode e deve ser batizada.

Algumas confissões de fé defendem o pedobatismo, isto é, o batismo de crianças. À luz do que foi colocado acima, trata-se de uma prática que não pode ser defendida à luz das Escrituras. Não temos nenhuma ordem bíblica para se batizar crianças e nem exemplos de crianças sendo batizadas. Entretanto, os que defendem o pedobatismo alegam que o batismo substitui a circuncisão do Antigo Testamento e que, crianças eram circuncidadas. Sendo assim, crianças também podem ser batizadas na nova aliança.

Trata-se de um argumento falho. Na antiga aliança, a circuncisão era ordenada para todas as crianças do sexo masculino, nascidas do povo judeu, ao oitavo dia (Gn 17:12; Lv 12:3). Na nova aliança o batismo é ordenado a todos os que se arrependem, creem em Jesus como Senhor e Salvador, homens e mulheres. A circuncisão levava em conta o nascimento natural do indivíduo, “enquanto que o batismo leva em conta o exercício da vontade pessoal em crer em Cristo e unir-se a ele (...). É claro que o infante não tem condições de preencher este requisito para o batismo”.¹⁴⁷

Outro argumento para o batismo infantil é o “batismo de famílias”, como sugerem textos do Novo Testamento (At 16:15, 16:33). Nessa interpretação, crianças, mesmo sem entender o ato, foram batizadas. Mas, lendo os textos com cuidado e atenção, fica claro que só foram batizados os que criam. Vejamos At 16:32, o episódio sobre a conversão do carcereiro: *E lhe pregaram a palavra do Senhor e a todos os que estavam em sua casa*. Note que todos da casa ouviram a palavra, e, assim, *logo foi batizado, ele e todos os seus* (v.33b).

Por fim, ainda sobre o batismo, por acreditar que ele é um *sacramento* que transmite graça. Algumas confissões de fé entendem que a água utilizada no batismo pode alterar, de alguma forma, a realidade espiritual da pessoa batizada, ou seja, a pessoa é unida com Cristo através deste rito, que opera uma transformação trazendo o batizado da morte para a vida.

Para a Igreja Católica Romana, o ato do batismo produz salvação e regeneração. Isso a faz praticar o batismo infantil. Neste entendimento, o batismo é necessário para remover a mancha do pecado original da criança. O único requisito necessário para o batismo infantil é que a criança seja apresentada e que um padre realize o batismo adequadamente. De acordo com a doutrina católica, a fé do infante, de fato, não é necessária.

Mas não, há no Novo Testamento, argumentos do batismo como sacramento ou condição básica para a salvação. Dizer que o batismo, por si só, salva e regenera lembra-nos o que alguns crentes da Galácia estavam exigindo para os crentes não-judeus: que fossem circuncidados para serem salvos. Porém, Paulo os combateu, dizendo: *Separados estais de Cristo, vós os que vos justificais pela lei; da graça tendes caído* (Gl 5:4). Somos salvos somente pela

¹⁴⁶ Grudem (1999:817).

¹⁴⁷ Severa (2003:398).

graça, através da fé em Jesus (At 15:11; Ef 2:5). O batismo não é um sacramento, mas uma ordenança deixada por Cristo a igreja.

É importante pontuar que, alguns utilizam Marcos 16:15 para defender que o batismo salva. Mas, esse texto não ensina isso. O que salva é “crer” em Jesus Cristo. Como já foi pontual nesta obra, o batismo é um sinal externo da transformação interior. Quando Jesus disse que quem “crer e for batizado” será salvo, não estava ensinando que o batismo salva. Ele estava simplesmente apontando que é natural que toda a pessoa que crê seja batizada. Trata-se de uma consequência lógica. Agora, é quem não crer que será condenado. O texto não diz “quem não crer e não for batizado”. Quem será condenado o será por não crer, e não pela falta do batismo.

O lava pés

Era costume que os pés fossem lavados antes da refeição, contudo, lavar os pés de alguém era ato muito humilhante, somente o mais baixo dos escravos podia fazê-lo.¹⁴⁸ Não havendo um escravo para executar tal tarefa, os discípulos poderiam lavar os pés uns dos outros, mas, seus corações orgulhosos os impediam. Ao contrário, à mesa eles disputavam entre si quem era o maior (Lc 22:24). Precisavam encarecidamente de uma lição de humildade. E o Mestre lhes ensinou. De repente, Jesus se levantou da mesa, tirou capa, cingiu-se com uma toalha e foi fazer o trabalho de um escravo.¹⁴⁹ Passou a lavar e enxugar os pés dos discípulos (Jo 13:4-5). Num simples gesto, o Mestre ensinou humildade, igualdade, amor fraternal e serviço cristão (v. 14-17) e nisto, ele é o maior exemplo, sendo o padrão da conduta cristã¹⁵⁰ (Fp 2:1-11).

Depois de lavar os pés dos seus discípulos, Jesus passou a explicar-lhes o que acabara de fazer e o que queria lhes ensinar. Então, deu-lhes este mandamento: *Ora, se eu, sendo o Senhor e o Mestre, vos lavei os pés, também vós deveis lavar os pés uns dos outros* (Jo 13:14). O Lava-pés é uma ordenança de Cristo a sua igreja e deve ser praticado pela igreja hodierna (vv.13-17). Embora seja um ato distinto da Ceia, está fortemente ligada a ela. Note que foram instituídos por Jesus na mesma noite.

Com que objetivo deve-se participar desta cerimônia? A cerimônia oferece aos cristãos a oportunidade de refletirem sobre a necessidade de serem servos para sua geração; de viver de maneira humilde. Quando curva-se para lavar o pé de outra pessoa, o cristão é lembrado que ele foi chamado para servir. Tal prática se mostra muito relevante, especialmente num tempo de um evangelho triunfalista e beligerante que tenta mascarar a humilhação da toalha e da bacia.

É evidente que ao longo dos séculos houve entendimentos diferentes no seio da igreja sobre o dever de praticar o lava-pés como uma ordenança de Cristo para a sua igreja:

Assim [como um rito] o entenderam, contudo, muitos sinceros crentes ao longo da história da igreja. O lavamento dos pés se praticou na Quinta-feira Santa na igreja do tempo de Agostinho. Foi recomendado por Bernardo de Clairvaux em um de seus sermões. Continuaram, além disso, a prática o papa de Roma e imperadores (da Áustria, da Rússia) e reis (da Espanha, Portugal, Baviera). Durante um tempo o praticaram a Igreja da Inglaterra e os morávios.

¹⁴⁸ Macarthur (2003:41).

¹⁴⁹ Bruce (2009:1736).

¹⁵⁰ Grun (2006:114).

Continuaram-no até hoje certos grupos batistas e adventistas. Lutero e seus seguidores o condenaram.¹⁵¹

Como o próprio Hendriksen apresenta, até os dias atuais grupos de diversas denominações, assim como os Adventistas da Promessa,¹⁵² praticam o lava-pés como um rito, uma ordenança para a igreja. Numa linha diferente de Hendriksen, Champlin¹⁵³ argumenta na defesa da evidência da instituição da cerimônia através da ordem de Jesus:

O autor deste evangelho obviamente tencionava que a cerimônia do lava-pés fosse praticada pela igreja cristã inteira, como símbolo daquele serviço leal que devemos incorporar no coração mesmo de nossas vidas cristãs. Os v.14 e 15 servem de defesa da perpetuidade e da obrigação dessa prática; porquanto a leitura simples e honesta dos mesmos convence qualquer crente sincero do que não é fácil qualquer outra interpretação.

É necessário afirmar que, mesmo defendendo nesta obra que a cerimônia é uma ordenança para a igreja do nosso tempo, não devemos diminuí-la somente a um tipo de “prelúdio” ou uma introdução à participação nos elementos da ceia. Cristãos que não servem aos seus semelhantes, que evitam os que são considerados inferiores, seja por questões morais ou sociais e simplesmente participam da cerimônia ritualisticamente sem entendê-la e sem viver seus ensinamentos na prática, continuam desagradando a Deus.

A Ceia do Senhor

Além do Lava-pés, Jesus instituiu a Ceia do Senhor propriamente dita. A igreja verdadeira precisa praticá-la. De acordo com a Palavra de Deus, ela foi ministrada com dois elementos simples: O pão e o vinho. Qual o significado ou simbolismo deles? Jesus deixou isso claro: Ele tomou o pão e depois de ter dado graça e partindo-o deu aos seus discípulos dizendo: *Isto é o meu corpo oferecido por vós; fazei isto em memória de mim* (Lc 22:19). Em seguida fez o mesmo com o cálice e disse: *Este é o cálice da nova aliança no meu sangue derramado em favor de vós.* (Lc 22:20).

Os elementos da Ceia do Senhor apontam para a cruz de Cristo e os seus significados estão centrados na morte expiatória e no sacrifício dele¹⁵⁴. O pão simboliza seu corpo que foi ferido pela humanidade. O cálice simboliza seu o sangue derramado no Calvário, o sangue da nova aliança. A Ceia é um

¹⁵¹ Hendriksen (XXXX:616).

¹⁵² A Igreja Adventista da Promessa faz parte de uma longa tradição denominacional e teológica que perpetuou o ato com o entendimento de uma cerimônia ordenada para a igreja. Em relação aos que não praticam, respeitamos e cremos que não se deve haver condenação de parte a parte, muito menos controvérsias desnecessárias. O ato cerimonial aponta para além do rito, aponta para a vida de serviço cristão. Ao praticar a ordem de Jesus, isso deve estar em mente. O ato em si não santifica ninguém (nem torna ninguém mais humilde) e nem mesmo deveria ser considerado uma introdução à ceia, ainda que seja realizada em conjunto com a mesma, por ter sido assim que aconteceu com os discípulos de Jesus. É assim que a Igreja Adventista da Promessa tem feito e preza por continuar fazendo. Portanto, que pastores e presbíteros sejam instruídos no valor intrínseco ao ato, para que haja edificação do corpo de Cristo, identificação com o servo sofredor e capacitação para o ministério cristão e não como uma “condição legal” para se tomar a ceia, postura que diminui o valor da ordenança e deixa a denominação em posição passível de críticas do uso legalista de tão importante ensinamento de Cristo.

¹⁵³ Champlin (2002:501).

¹⁵⁴ Hendriksen (2004:562-5).

memorial. Disse Jesus: *...façam em memória de mim* (Lc 22:19). Cada vez que os cristãos a celebram devem pensar em Cristo, pensar no que ele fez e agradecer a Deus pelas bênçãos alcançadas por meio deste sacrifício. Ela não é simplesmente uma refeição compartilhada pelos homens; é a comunhão com próprio Cristo, em sua presença e sentados à sua mesa.¹⁵⁵

Por ser uma cerimônia tão importante, teologicamente, podemos afirmar que acontece algum tipo de transformação nos seus elementos, após a oração? As principais visões sobre o tema, são: 1) Transubstanciação: o pão e o vinho transformam-se, literalmente, no corpo e no sangue de Jesus; 2) Consubstanciação: o pão e o vinho contêm o corpo e o sangue de Cristo, ou seja, não há uma transformação literal, mas Cristo está presente de maneira real nos elementos; 3) Presença espiritual: Cristo está presente, não literalmente, mas espiritualmente, nos elementos. Os que celebram a ceia recebem graça pela participação; não pelos elementos, mas pela fé, visto Cristo estar presente espiritualmente de forma especial.

Estas visões parecem não fazer jus ao que diz o texto bíblico, que mostra a Ceia como um memorial: *fazei isto em memória de mim* (1 Co 11:24 – grifo nosso). O pão e o vinho continuam sendo pão e vinho: *todas as vezes que comerdes este pão e beberdes o cálice anunciais a morte do Senhor* (1 Co 11:26 – grifo nosso). Observe que o se come é pão e o que se bebe é o cálice. Não existe transubstanciação e nem consubstanciação. Além disso, não temos base para dizer que Jesus está presente de maneira especial nos elementos, nem literal nem espiritualmente. A presença dele, no dia da ceia, é a mesma experimentada costumeiramente pela sua Igreja.

A Ceia do Senhor, neste sentido, deve ser vista como um memorial. Os elementos são pão e vinho somente. Os participantes estão participando de um memorial que traz-nos a reflexão sobre Cristo e sua morte. Nenhuma graça é transmitida. A expressão “isto é meu corpo” (Mt 26:26; 1 Co 11:24) é metafórica e significa, simplesmente, “isto simboliza meu corpo”. Não é possível interpretar esta expressão literalmente, da mesma forma como é impossível interpretarmos literalmente a frase: *porque nós, embora muitos, somos unicamente um pão* (1 Co 10:17). Neste sentido, escreveu que Cristo “não estava corporalmente presente na eucaristia”.¹⁵⁶ Para ele, as palavras de Cristo na instituição da Ceia com os seus discípulos deveriam ser interpretada de maneira figurativa.

Vale pontuar, de igual modo, que a oração feita no dia da celebração da ceia não deve ser uma oração de transformação, exatamente porque a ceia é um memorial. Em nenhum texto do evangelho Jesus aparece orando “em favor dos elementos”. A oração não é de transformação, mas de gratidão. O texto diz: *E tendo dado graças ...* (Mt 26:27; Mc 14:23; Lc 22:19; 1 Co 11:24). Então, quando se toma pão e o vinho, dentro da celebração da ceia, estes já representam o corpo de Cristo, pois estão ali para este fim. A oração a ser feita antes de repartir os elementos, deve ser de gratidão pelas bênçãos do Calvário, pelo corpo moído e pelo sangue da *nova aliança*.

Frente a tudo o que foi colocado nesta obra, como encarar a ceia do Senhor? Com muita reflexão e reverência. Antes de participar do pão e do vinho, os cristãos são convidados à reflexão. *Examinem a si mesmos* (1 Co 11:28), diz Paulo. Cada crente deve fazer um exame de consciência, antes da celebração. O objetivo da exortação é que não se participe “indignamente” da ceia (1 Co

¹⁵⁵ Grudem (1999:805).

¹⁵⁶ Gonzales (2004:84).

12:27). Essa é uma ordem importante. Comer de forma indigna é tratar a celebração como mais uma refeição; é comer sem fé em Cristo; é comer de maneira irreverente, sem a consciência do que a ceia representa. Contudo, o cristão deve tomar cuidado para não achar que é digno demais. Ninguém é digno da bondade de Deus. A maneira de celebrar a ceia com “dignidade” é, no mínimo, sabendo o que ela representa e crendo no Senhor Jesus. Examine-se e coma. Quando comemos o pão, e bebemos o cálice, no dia da ceia, “anunciamos” a morte do Senhor (1 Co 11:26). Temos no grego o verbo *kataggello* que, entre seus significados, está o de “proclamar publicamente”. A celebração da ceia é uma proclamação pública da crença da igreja na morte de Jesus.

2.4 A disciplina na igreja

Ao longo do tempo, a disciplina eclesiástica sempre fez parte da vivência da igreja de Cristo. Esta é uma das marcas de uma igreja saudável. Esta prática é necessária para a pureza da igreja. Sempre “que a igreja descuida da disciplina ela está admitindo publicamente que não tem preocupação com a pureza. Apesar de sempre haver o risco da disciplina ser exagerada ou complacente, o fato de ela não existir autoriza o pecado”.¹⁵⁷ Vejamos algumas questões que a Bíblia nos apresenta sobre esta prática.

Sua definição

A palavra “disciplina” é de origem latina, derivada da palavra *discipulus*, usada para se referir ao discípulo ou estudante.¹⁵⁸ Na Bíblia, a palavra aparece no sentido de direção e educação e tem também o sentido de correção e punição. Pode-se definir disciplina eclesiástica como toda medida que a igreja toma, com base na autoridade espiritual que tem, com relação aos seus membros, seja de instrução, confrontação, correção ou até mesmo de exclusão, para zelar por sua pureza, diante do pecado.

Nessa mesma linha apresentada anteriormente, Shedd¹⁵⁹ diz que a disciplina eclesiástica constitui-se de todos “os meios e medidas pelas quais a igreja busca a sua santificação e boa ordem necessária para a sua edificação espiritual; e a eliminação de tudo o que ameaça o seu bem-estar”. Araújo,¹⁶⁰ de maneira mais direta, mas nesse mesmo sentido, afirma que “a disciplina eclesiástica é, pois, o exercício da jurisdição espiritual da igreja sobre seus membros, aplicada de acordo com a palavra de Deus”.

Costuma-se distinguir a disciplina na igreja de três formas: disciplina formativa, corretiva e cirúrgica. A disciplina formativa diz respeito aos vários chamados que os cristãos possuem para buscar a santidade e o dever de edificar um ao outro na fé (Ef 4:11-32; Cl 3:12-17; etc.). A disciplina corretiva diz respeito a todas as ações práticas que a igreja toma para repreender um discípulo que está em pecado, para ajudá-lo a retomar o caminho da santidade (Gl 6:1; 1 Tm 5:19-20; 2 Ts 3:14-15). Na prática, para aplicar a disciplina corretiva, ao longo do tempo, as igrejas tem trabalhado com seus membros com advertência por

¹⁵⁷ Lima (2006:488).

¹⁵⁸ Araújo *In* Bortolletto Filho (2008:301).

¹⁵⁹ Shedd (2013:48).

¹⁶⁰ *In* Bortolletto Filho (2008:301).

escrito, suspensão de cargos e funções, perda da ordenação, dentre outros, etc. A disciplina cirúrgica é o nível final da disciplina eclesiástica (1 Co 5:4-5; 1 Tm 1:20; Mt 18:17); ela recebe este nome porque sua ação se dá no afastamento do integrante da igreja, por meio da exclusão do rol de membros.

Seu propósito

Ao contrário do que se possa imaginar, o propósito *maior* da disciplina não é condenar nem expulsar o pecador da igreja, apesar de, em alguns casos, a Bíblia permitir esta última medida. Quais são, então, os propósitos da disciplina?

Restaurar o pecador

O texto de Gálatas é enfático em dizer que, *se alguém for surpreendido nalguma falta (...), corri-o* (Gl 6:1). A palavra grega traduzida pelo verbo “corrigir” é *Katarizo*, que significa “pôr em ordem” e, assim, “restaurar a condição anterior”.¹⁶¹ Os caídos carecem de restauração. É certo que a disciplina, dentre outras coisas, busca remover o erro e evitar que o pecado “levede” a igreja com sua influência;¹⁶² porém, em hipótese alguma, podemos deixar de crer que ela tende não a enaltecer o pecado, mas a curar o pecador. A disciplina deve ser aplicada com a sensibilidade do amor cristão. Lembre-se que foi Jesus quem falou: *Não necessitam de médico os sãos, mas sim os enfermos* (Mt 9:12). Portanto, o propósito principal da disciplina eclesiástica é alcançar o duplo alvo da restauração (levar o pecador ao comportamento correto) e da reconciliação com Deus e o corpo de Cristo.¹⁶³

Asseverar que o pecado é coisa séria

A Bíblia, em momento algum, brinca com o pecado. Em suas páginas, ele sempre foi levado a sério. Smith, comentando esta questão, acertadamente pontua que a seriedade do pecado, no Antigo Testamento, fica evidente no distanciamento que causa entre o ser humano e Deus, entre o ser humano e a criação, entre o ser humano e a sociedade e entre as pessoas.¹⁶⁴ Justamente por ter o pecado entrado na vida do ser humano, este já nasce num estado de alienação de Deus. O profeta Isaías disse: *Mas as vossas iniqüidades fazem separação entre vós e o vosso Deus* (59:2).

É justamente em razão de o pecado ser uma coisa séria que a disciplina deve ser aplicada. Em 1 Co 5:6, Paulo diz que um pouco de fermento faz com que toda a massa fique levedada. Dever¹⁶⁵ diz que o “fermento representa a natureza impura e propagadora do pecado”. A disciplina tem função inibidora: tenta impedir que ele se espalhe, para que a igreja entenda que se trata de coisa séria. Quando falou sobre a repreensão aos líderes que insistem em viver em pecado, Paulo disse que isso deveria ser feito publicamente, para que os outros pudessem ver e ter “temor” (1 Tm 5:20). Isso não significa que todo pecado que um líder comete deve ser repreendido publicamente. Contudo, à luz da revelação, se o líder insistir em viver em pecado, em algum momento o público

¹⁶¹ Stott (2007:147).

¹⁶² Ryrie (2000:504).

¹⁶³ Grudem (1994:750).

¹⁶⁴ Smith (2001:264).

¹⁶⁵ Dever (2007:208).

(a igreja) deverá ser informado a respeito disso, para que seja advertido sobre a gravidade disso.¹⁶⁶

Proteger a pureza da igreja

Um dos objetivos de Cristo, ao se entregar pela igreja, foi santificá-la (Ef 5:25-26). Em 1 Pd 2:12, o apóstolo nos adverte a vivermos de maneira exemplar, de modo que os de fora, naquilo que forem falar de nós, *glorifiquem a Deus*. Fomos chamados para sermos santos (1 Pd 1:15-16). O próprio Deus nos disciplina com esse propósito (Hb 12:10). Grudem¹⁶⁷ afirma que, quando a disciplina eclesiástica é aplicada, a pureza da igreja está sendo protegida e Cristo não será desonrado.

Glorificar a Deus

O grande objetivo da nossa existência é glorificar a Deus (Is 43:7). Neste sentido, quando a igreja exerce a disciplina, de alguma maneira, o propósito final é que Deus seja glorificado. Quando alguém é disciplinado pela igreja, esta reconhece que o pecado é coisa séria, que quer ser mais pura, que precisa da ajuda de Deus em sua caminhada, que está preocupada em agradar a Deus, não tapando os olhos ao pecado. Por isso, concordamos com Araújo,¹⁶⁸ quando afirma que a disciplina também promove a honra de Deus e a glória do nosso Senhor Jesus Cristo.

A exclusão da igreja

O Novo Testamento fala sobre a exclusão da igreja. É o que chamamos anteriormente de disciplina cirúrgica. Assim “como, às vezes, é preciso tirar fora parte do corpo físico para que o corpo todo não pereça, da mesma forma também acontece na igreja”.¹⁶⁹ Tanto Jesus quanto Paulo falaram sobre este tipo de disciplina (Mt 18:17-18; 1 Co 5:5). Assim como, às “vezes, é preciso tirar fora parte do corpo físico para que todo o corpo não pereça, da mesma forma também acontece na igreja”.¹⁷⁰ Caso um membro esteja colocando em risco a saúde de todo o corpo, esta dolorosa medida precisa ser tomada.

Temos dois casos em que Paulo entrega pessoas a Satanás, uma referência à exclusão do membro da igreja. A ideia, a partir do versículo, é que alguém que está fora da igreja está sob o domínio de Satanás (Ef 2:12; Cl 1:13; 1 Jo 5:19). Ser expulso da igreja “é ser lançado na região onde Satanás mantém poder”.¹⁷¹ Ser entregue a Satanás diz respeito também à perda de todos os privilégios que a pessoa possuía e de que desfrutava como cristão.

O interessante, todavia, é que essa exclusão não é irreversível; antes, é *para a destruição da carne, para que o espírito seja salvo no dia do Senhor Jesus* (v. 5b). Até no caso da excomunhão, a disciplina visa à recuperação do infrator. Mas como entender a expressão “destruição da carne”? Morris¹⁷² sugere que existem duas explicações: uma segundo a qual a carne é a natureza pecaminosa. De acordo com essa explicação, o texto estaria se referindo à

¹⁶⁶ *Idem*, P. 207.

¹⁶⁷ Grudem (1999:751).

¹⁶⁸ *In* Bortolletto Filho (Org.) (2008: 301).

¹⁶⁹ Severa (2003:389).

¹⁷⁰ Severa (2003:390).

¹⁷¹ Morris (1983:70).

¹⁷² *Idem*, P. 71.

destruição da cobiça pecaminosa. Paulo teria em mente o efeito causado ao ofensor por ser cortado de tudo o que a comunhão com a igreja significa.

Outra explicação vê, na “carne”, uma referência ao corpo físico, sendo referência à doença e mesmo à morte. Paulo vislumbra consequências físicas de ser tirado do meio da comunhão da igreja. Esta punição seria medicinal, visto que, conquanto a carne esteja sendo destruída, é para que a pessoa seja salva. Os propósitos soberanos de Deus se valem o poder destrutivo de Satanás, isto é, Deus pode e usar até mesmo Satanás para cumprir seus propósitos. Até mesmo o que acontece a um cristão rebelde está debaixo da soberania do Senhor.

Outro exemplo de excomunhão está em 1 Timóteo 1:20, quando Paulo diz que entregou Himineu e Alexandre a Satanás. Stott¹⁷³ explica este texto como sendo a excomunhão. Ele diz que, “como a igreja é o lugar onde Deus habita, segue-se que ser eliminado dela é o mesmo que ser enviado de volta para o mundo, onde Satanás habita”. Por mais terrível que seja esta punição, ela não é permanente e nem irrevogável. O propósito era corretivo: *para que aprendam a não blasfemar* (v. 20b). O que se supõe é que, uma vez que tenham aprendido a lição, os excomungados poderiam voltar à comunhão. O problema desses dois irmãos era que não conservaram uma boa consciência e naufragaram na fé. Eles não chegaram à apostasia final e irrevogável. Se isso tivesse acontecido, obviamente, não haveria mais solução; sem perdão, não seriam mais recebidos, até porque nunca mais voltariam.

Quando a igreja chega ao nível de expulsar alguém, não está dizendo que não seja feita de pecadores. De fato, ela é composta de pecadores. Contudo, são pecadores arrependidos, em processo de santificação, que estão sempre dispostos a mudanças. Para chegar ao nível de expulsar alguém, a igreja esgotou todas as tentativas de levar a pessoa a mudar o seu caminho e se arrepender. Nos casos citados, o imoral de 1 Co 5 e os hereges de 1 Timóteo, trata-se de pessoas que continuavam com seus pecados e não queriam se arrepender.

3. O governo da igreja

Falar sobre a forma de governo da igreja significa tratar sobre quem dirige ou comanda as congregações cristãs ou mesmo sobre a estrutura organizacional que estas possuem. Deve-se salientar desde já, que “a forma de governo da igreja não é uma doutrina central como a Trindade, a divindade de Cristo, a expiação vicária, ou a autoridade das Escrituras”.¹⁷⁴ Isto não significa certamente que este assunto não seja importante; apenas que não seja tratado com o mesmo peso nas Escrituras.

É necessário dizer que no decorrer da história cristã houveram várias formas de governo eclesiástico; algumas, mais rigidamente estruturadas ou hierarquizada do que outras; algumas que respeitaram mais os princípios bíblicos e outras que os desconsideraram. Os extremos sempre apareceram, de épocas em épocas. O papel da igreja contemporânea, neste sentido, é analisar as formas básicas de governo existentes e que se perpetuaram na história e destacar aquela que se mostra mais coerente em sua essência com o que a

¹⁷³ Stott (2004:55).

¹⁷⁴ Grudem (1999:758).

Escritura ensina ou até mesmo propor a partir desta investigação teológica uma forma organizacional que seja ainda mais coerente, com o que diz a Palavra de Deus. Vamos iniciar conhecendo as principais forma de governo eclesiástico:

Episcopal

Segundo Erickson, o modelo Episcopal é o tipo de governo eclesiástico mais estruturado.¹⁷⁵ O nome Episcopal se dá em razão que nesta forma de “governo da igreja, a autoridade reside no bispo”.¹⁷⁶ Este “modelo enfatiza grandemente o episcopado histórico ou a continuação de uma classe de clero superior – os bispos. Eles são os guardiães da tradição e as autoridades finais na vida da igreja”.¹⁷⁷ Não há absoluta uniformidade entre as igrejas que assumem este tipo de governo. Há entre elas, por exemplo, diferenças substanciais quanto ao número de níveis de bispos e suas respectivas autoridades, do ponto de vista hierárquico. Analisando as igrejas que assumem o governo episcopal Erickson diz que:

A forma mais simples de governo episcopal é encontrada na Igreja Metodista, que só possui um nível de bispos. Um pouco mais desenvolvida é a estrutura governamental da Igreja Anglicana ou Episcopal, enquanto a Igreja Católica Romana possui o sistema mais completo de hierarquia, com a autoridade investida especialmente do sumo pontífice, o bispo de Roma, o papa.¹⁷⁸

No modelo episcopal há certos graus ou níveis de ordenação, desde o ministro ou sacerdote comum que toma conta de uma congregação local quanto aquele que é responsável por apascentar um grupo de igrejas, numa diocese. O bispo responsável por este conjunto de congregações locais, por exemplo, tem autoridade de ordenar ministros para o desempenho do ministério entre estas igrejas pelas quais é responsável. Segundo Culver, é razoável, portanto, afirmar que a teoria que denominamos *episcopal* consiste, na verdade, não em uma única teoria e prática, mas em várias (ou seja, vários episcopados),¹⁷⁹ dado a multiplicidade histórica e contemporânea desta forma de governo eclesiástico.

Presbiteriana

Podemos encontrar a figura dos presbíteros com facilidade nas páginas do Novo Testamento. O presbiterato remonta a estrutura das sinagogas judaicas. É de lá que a igreja do primeiro século extraiu esta figura de liderança. É possível notar que os presbíteros já eram a liderança constituída das congregações cristãs do primeiro século (At 15:2-6, 22-23; 1 Tm 5:17; Tt 1:5. 1 Pd 5:1-4). No sistema presbiteriano, segundo Erickson, “entende-se que a autoridade de Cristo é dispensada a indivíduos crentes, que a delegam aos presbíteros por eles escolhidos e aos que passam a representa-los dali em diante”.¹⁸⁰ Os presbíteros tem uma autoridade representativa neste sentido. Diferente do modelo episcopal, em que há variação hierárquica entre o clero, ou seja, os bispos, no modelo presbiteriano todos os ministros acham-se no mesmo

¹⁷⁵ Erickson (1997:454).

¹⁷⁶ Erickson (1997:454).

¹⁷⁷ Shelley (1984:63).

¹⁷⁸ Erickson (1997:454).

¹⁷⁹ Culver (2012:1224).

¹⁸⁰ Erickson (1997:455).

nível.¹⁸¹ Não há níveis hierárquicos no presbiterato (como existe, no caso dos bispos em um sistema episcopal), mas somente diferenciações de funções que estes desempenham dentro da denominação por determinado período de tempo.

Mas estes presbíteros não são ordenados para isto, são eleitos; é uma função e não uma ordenação, ou seja, “não existe autoridade especial inerente ao ofício”.¹⁸² A “igreja local é governada pelo pastor, ou pastores se houver mais de um, e anciãos eleitos pela congregação”.¹⁸³ Culver explica:

No presbiterianismo, o pastor não é membro da igreja local, mas do presbitério, composto por um presbítero leigo e pelos pastores de todas as igrejas em determinado presbitério (distrito). Os atos da sessão de cada igreja local são sujeitos ao exame do presbitério. Acima do presbitério está o sínodo, composto por igual número de ministros e presbíteros leigos escolhidos por cada presbítero (ou *classis*). Os presbíteros (não os sínodos) também enviam o mesmo número de ministros e presbíteros leigos à esfera mais alta do governo, a Assembleia Geral.¹⁸⁴

A Assembleia Geral ou o Supremo Concílio, no governo Presbiteriano, tem autoridade para assuntos concernentes as igrejas do país ou região – assuntos doutrinários, por exemplo. Isto se difere do modelo episcopal, pois temos no presbiterianismo uma participação de leigos em casas autoritativas – neste sentido, um pouco mais democrática.

Congregacional

Diferente dos modelos Episcopal e Presbiteriano, no modelo Congregacional a igreja local é vista como centro de autoridade. Segundo Shelley esta autoridade, diferentemente dos dois modelos vistos anteriormente, não é investida em representantes escolhidos que agem pelo povo, mas fica a cargo da ação direta do próprio povo.¹⁸⁵ Segundo Erickson dois conceitos são básicos ao sistema congressional: autonomia e democracia.¹⁸⁶ Culver oferece uma ótima explicação:

O sistema congregacional significa duas coisas: (1) a independência ou autonomia de cada igreja local, em vez de ser parte de uma diocese de algum bispo (episcopal); e (2) democracia, em que cada membro com idade para votar tem alguma parte no governo eclesiástico. Seus defensores fazem questão de observar que essa independência não se opõe de modo algum à cooperação e à comunhão mútua com outras congregações, e com cristãos genuínos onde quer que eles estejam. Além disso, “democracia” não quer dizer que não haja delegação de autoridade a certos representantes, mas que todas as pessoas e os grupos pequenos (comitês) a quem a autoridade é concedida são agentes da congregação, devendo prestar contas a ela¹⁸⁷

¹⁸¹ Shelley (1984:63).

¹⁸² Erickson (1997:455).

¹⁸³ Shelley (1984:63).

¹⁸⁴ Culver (2012:1228).

¹⁸⁵ Shelley (1984:63).

¹⁸⁶ Erickson (1997:456).

¹⁸⁷ Culver (2012:1228).

Neste sistema a igreja é autônoma, ou seja, é independente e governa a si mesma sem uma instância exterior a ela mesma. As diretrizes seguidas pelas igrejas locais não são ditadas por nenhum órgão, conselho ou sistema de governo eclesiástico superior. São “os indivíduos da congregação que possuem e exercem a autoridade”.¹⁸⁸ Desta forma, no sistema congregacional a autoridade não cabe somente a um indivíduo, mas a todos os membros que dentro de suas prerrogativas possuem voz e poder decisão dentro de cada assunto tratado localmente.

Não há, pelo menos na esfera de autoridade e governo, uma diferenciação substancial entre clero e leigos. Neste sistema é a igreja local que escolhe seus próprios pastores e sua remuneração. Elas administram seu próprio orçamento cuidando da receita e das despesas, adquirem e gerenciam suas propriedades autonomamente. O conceito bíblico do sacerdócio de todos os santos e as evidências de que as igrejas do NT desfrutassem dessa autonomia no primeiro século, fundamentam a democracia vivenciada por esta forma de governo eclesiástico. Tal democracia encontrada neste governo, por vezes, se dá representativamente, ou seja, pessoas são eleitas pelos próprios membros da igreja local para representá-los em certas decisões e funções específicas. Nas “decisões mais importantes, porém, tais como a contratação de um pastor e a compra ou venda de propriedades, são tomadas pela igreja como um todo”.¹⁸⁹

O que o NT tem a dizer sobre forma de governo eclesiástico?

Deve-se concordar com a posição de que a Escritura não normatiza uma forma explícita de governo eclesiástico. Com essa afirmação busca-se destacar que o Novo Testamento não oferece um texto normativo com relação a forma de governo. Há textos bíblicos que falam deste assunto, mas eles são descritivos e não normativos – e por isto apresentam princípios, mas não regras taxativas quanto a isto. Certamente a Bíblia fornece inúmeros princípios reguladores ao descrever a igreja primitiva, princípios estes que devem ser levados em consideração por todas as igrejas em todos os tempos. Contudo, é grande o número de estudiosos que concordam que o “Novo Testamento não revela um governo eclesiástico uniforme na Era Apostólica”.¹⁹⁰ Segundo Getz, “Uma coisa fica evidente em um estudo cuidadoso do Novo Testamento: as formas e as estruturas são apresentadas nas Escrituras como um meio para alcançar fins bíblicos”.¹⁹¹ Como afirmado, não há textos normativos quanto à estrutura de governo de uma igreja e os textos descritivos oferecem uma variedade de formas que não é possível estabelecer uma forma específica de governo como síntese. A principal razão, seguramente, é que o NT descreve um período ainda incipiente do movimento cristão, período em que não havia se consolidado uma forma única e rígida de governo. Segundo Erickson:

É seguro dizer que as evidências do NT são inclusivas: em nenhuma passagem do NT, encontramos um retrato que se assemelhe de modo bem próximo ao de qualquer um dos sistemas mais elaborados atualmente. É provável que naqueles dias o governo da igreja não

¹⁸⁸ Erickson (1997:456).

¹⁸⁹ Erickson (1997:456).

¹⁹⁰ Shelley (1984:57).

¹⁹¹ Getz (1994:133).

fosse muito desenvolvido e, certamente, que as igrejas locais fossem grupos associados de forma muito livre. É bem possível que tenha havido ampla variedade de arranjos de governo de igreja: cada um adotava um padrão mais adequado à sua situação particular.¹⁹²

Mais do que afirmar que não há normatividade quanto a uma forma específica de governo além ou acima de uma igreja local, também se deve dizer que “o material do Novo Testamento sugere que enquanto a igreja deve ter alguma organização, nenhuma estrutura única além da congregação local é necessária para a sua existência”.¹⁹³ O aspecto predominante do cristianismo é que ele é, sobretudo, um movimento, ou seja, um organismo vivo com uma organização simples e flexível que se ajusta ao seu contexto específico a fim de que possa alcançar seus objetivos bíblicos. Isso não significa obviamente que as igrejas não possam assumir estruturas exteriores a fim de facilitar o desempenho de sua missão no mundo, criando conselhos, comissões, convenções etc. Entretanto, qualquer que seja a forma de governo estabelecido é necessário que este respeite os papéis e prerrogativas que, segundo o Novo Testamento, cabe a igreja local desempenhar e assumir. Assim, uma estrutura organizacional de uma denominação que reúne em si igrejas locais é válida desde que sirva para que estas igrejas locais alcancem os seus propósitos e desempenhem suas funções bíblicas. Quando uma forma de governo impede que isto aconteça, então deve ser renovada a luz das Escrituras.

É importante que se diga, que contanto em sua forma e gestão, as igrejas locais eram autônomas, permaneciam, todavia, ligadas doutrinariamente pelos artigos essenciais da fé cristã (At 2:42; Rm 16:17; Ef 4:1-6). O Novo Testamento deixa claro haver um consenso entre todas as igrejas, de modo que as congregações locais não tinham liberdade de acreditar diferentemente umas das outras no tocante ao único evangelho e fé apostólica (Gl 1:8). Em outras palavras, autonomia das igrejas locais não se referia a crença. Todas as igrejas locais estavam submetidas a doutrina apostólica e aquelas que não se submetiam a esta doutrina eram consideradas heréticas (1 Tm 1:3; 6:3; 1 J 4:1-6; 2 Jo 1:9-10). A doutrina apostólica está contida tanto no Antigo quanto no Novo Testamento é este conteúdo que deve continuar a reger a crença e a fé das igrejas locais em todos os tempos.

Uma vez que se compreende estas questões relacionados a autonomia das igrejas locais e que o Novo Testamento não normatiza uma forma específica de governo eclesial – pelo menos não tão rigidamente quanto se gostaria – é certo que se busque no material bíblico neotestamentário a descrição das funções e prerrogativas que as igrejas locais possuíam no primeiro século da era cristã a fim de que elas sirvam de princípios reguladores para as igrejas contemporâneas. Segundo o NT as igrejas locais eram autônomas e democráticas nos seguintes aspectos:

Escolher seus líderes

Parece ter sido a prática dos primeiros cristãos escolherem coletivamente seus líderes e representantes, de acordo com o NT. Conquanto os diáconos tenham sido ordenados publicamente pelos apóstolos, foram escolhidos de modo coletivo pela igreja (At 6:3,5). Do mesmo modo, Paulo e Barnabé foram

¹⁹² Erickson (2015:1046).

¹⁹³ Shelley (1984:57).

escolhidos e designados pela igreja de Antioquia para irem a Jerusalém representá-los na resolução do problema relacionado à circuncisão (At 15:1-2). Além disso, o texto de Atos 14:23 que aparentemente sugere que os presbíteros não eram escolhidos pelas igrejas locais, na verdade comprova exatamente o oposto quando analisado com diligência.

O texto bíblico diz: “Paulo e Barnabé designaram-lhes presbíteros em cada igreja; tendo orado e jejuado, eles os encomendaram ao Senhor, em quem haviam confiado”. Lucas esclarece que Paulo e Barnabé foram os responsáveis por constituírem os presbíteros nas igrejas recém-plantadas, mas a questão de como se deu esta instituição não está na superfície do texto vernacular. O termo “designaram-lhes” (χειροτονησαντες em grego) tem o significado de “exprimir um voto com a mão”,¹⁹⁴ conforme citado em outro tópico desta obra. Seu significado primeiro é “votar por”. Outros sentidos que se desenvolvem são “escolher” e “nomear”.¹⁹⁵

Neste sentido, “nomear significa, na verdade, aprovar erguendo uma das mãos numa reunião congregacional”.¹⁹⁶ Desta forma, o meio pelo qual Paulo e Barnabé (seguindo o sentido básico da expressão grega usada em Atos 14:23) nomearam os presbíteros foi por uma votação entre os membros das igrejas locais que haviam plantado, uma eleição congregacional. Paulo usa a mesma palavra grega em 2 Co 8:19 onde afirma que Tito “foi escolhido [χειροτονηθεις] pelas igrejas para nos acompanhar quando formos ministrar esta doação, o que fazemos para honrar o próprio Senhor e mostrar a nossa disposição”.

Entende-se a partir dos textos que do mesmo modo como Tito foi escolhido pelas igrejas em 2 Co 8:19, assim as próprias igrejas em Atos 14:23 escolheram seus presbíteros – que foram, então, na sequência nomeados por Paulo e Barnabé. Assentindo com esta afirmação, a eleição de presbíteros, conforme se vê aqui era “local e coletiva – local no fato de os presbíteros serem escolhidos dentro da própria congregação, sem imposição externa; e coletiva porque [...] havia uma equipe pastoral”,¹⁹⁷ ou seja, mais de um presbítero eleito. O comentário de Kistemaker sobre a nomeação dos presbíteros por meio de uma eleição em Atos 23 assevera o ideal de que as igrejas elegeram seus presbíteros:

Com a aprovação de uma assembleia, as pessoas eram nomeadas para servir numa função especial. Em outras palavras, a manifestação por meio do levantar de uma das mãos equivalia à escolha de oficiais, neste caso, servir na liderança da igreja local. Apesar de o texto dizer que os apóstolos nomearam presbíteros para os crentes em cada igreja, estaríamos forçando se disséssemos que o fizeram sem qualquer participação da congregação local. Assim como participaram coletivamente das orações e jejuns, assim também os crentes tomaram parte na escolha dos presbíteros para suas igrejas.¹⁹⁸

Deve-se consentir, então, que segundo o Novo Testamento eram as igrejas locais que escolhiam seus presbíteros por meio do voto, ou seja, de uma eleição congregacional. Em relação a Atos 14:23 ficou claro que “os apóstolos

¹⁹⁴ Rusconi (2003:493).

¹⁹⁵ Coenen e Brown (2000:720).

¹⁹⁶ Kistemaker (2003:43).

¹⁹⁷ Stott (2008:264).

¹⁹⁸ Kistemaker (2003:43).

aprovaram as escolhas feitas pelas igrejas e, depois de oração e jejum, eles os nomearam”.¹⁹⁹ E o que dizer, então, do fato do apóstolo Paulo ter encarregado Tito, seu cooperador, a instituir presbíteros em Creta (Tt 1:5)? Não parece que seria ele e não a igreja que teria a autoridade de escolher os presbíteros nesta situação? Embora “Paulo dissesse: ‘para que você designe’, de modo algum exclui a cooperação responsável das congregações”.²⁰⁰

Além disto, o termo usado por Paulo a respeito da incumbência de Tito de instituir ou estabelecer (καταστήσης em grego) presbíteros nas igrejas de Creta é o mesmo que aparece em Atos 6:3, onde os apóstolos constituem os diáconos que foram *escolhidos primeiramente pela congregação de Jerusalém*. Em outras palavras, assim como a escolha dos diáconos foi feita pela igreja em Atos 6, a escolha dos presbíteros poderia ser feita pelas próprias igrejas em Creta. Assim, é bem possível entender que as igrejas escolheriam seus candidatos e que Tito seria aquele, juntamente com outros presbíteros (1 Tm 4:14; At 16:1-2), que nomeariam ou ordenariam os escolhidos para desempenharem o presbiterato.

Por isso Paulo deixou claro as qualificações morais que tais homens deveriam ter, ou seja, porque esta era uma responsabilidade corporativa²⁰¹ (Tt 1:6-9). Ainda assim, há uma autoridade exercida por Tito por ordem do apóstolo Paulo (assim como em Atos 14:23), mas esta é somente a de confirmar a escolha realizada pela própria igreja; autoridade esta exercida por causa do contexto em que estão situados. A “maioria das igrejas do NT foi estabelecida por missionários itinerantes [...] Nessas circunstâncias, era natural que os apóstolos exercessem autoridade considerável”.²⁰² Não é difícil supor que a igreja se encarregaria plenamente desta atividade na ausência dos mesmos. Desta feita, o Novo Testamento sugere que eram as congregações locais que escolhiam seus presbíteros, líderes e representantes.

Enviar missionários e plantar novas igrejas

Conquanto Paulo e seus companheiros recebam destaque no Novo Testamento como plantadores de inúmeras igrejas locais – e grande parte do livro de Atos se dedica a narrar estas incursões missionárias – não se pode esquivar da importância dos simples cristãos na evangelização e estabelecimento de novas igrejas no primeiro século. Eles evangelizavam com afinco (At 8:1,4). A igreja de Samaria se estabeleceu por instrumentalidade do evangelista Filipe, por exemplo (At 8:5-39). A igreja de Antioquia da Síria, por sua vez, foi estabelecida por um grupo anônimo de cristãos (At 11:19-26). Esta igreja recebe destaque no livro de Atos. A “fundação da igreja de Antioquia talvez seja o momento mais importante da história da plantação de igrejas [...] Sob a liderança do Espírito Santo, a igreja de Antioquia se tornou a primeira igreja a enviar missionários (At 13:3)”.²⁰³

A igreja de Antioquia é um exemplo de igreja local que planta novas igrejas através do envio de missionários. A igreja estava orando e jejuando quando o Espírito falou-lhes acerca do chamado de Paulo e Barnabé para a missão. O

¹⁹⁹ Kistemaker (2003:44).

²⁰⁰ Hendriksen (2001:423).

²⁰¹ Stott (2004:179).

²⁰² Erickson (2015:1046).

²⁰³ Stetzer (2015:73).

Espírito Santo falou a igreja como um todo²⁰⁴ e foi a igreja como um todo que impondo-lhes as mãos os enviou em missão (At 13:3). Stott afirma:

Assim, em nossa ansiedade de fazer justiça à iniciativa do Espírito Santo, não podemos subestimar o papel da igreja, considerando-a completamente passiva. Não seria certo dizer que o Espírito Santo os enviou, instruindo a igreja a fazê-lo, e que a igreja os enviou, por ter recebido instruções do Espírito? Esse equilíbrio é sadio e evita ambos os extremos.²⁰⁵

Após o término da missão, os missionários retornam para Antioquia, a igreja que os havia enviado e sustentado em oração,²⁰⁶ a fim de prestar relatório a todos os irmãos (At 14:26-28). Esta igreja, então, é um exemplo de uma comunidade cristã local sensível ao Espírito Santo que, sob suas ordens, envia missionários para que novas igrejas sejam plantadas. Ao que parece a estratégia de Paulo era exatamente estabelecer igrejas locais, semelhantes à Antioquia, ou seja, igrejas locais em lugares estratégicos onde, por meio delas, regiões e cidades fossem alcançados pelo evangelho. Por isto o apóstolo não permanecia por muito tempo após uma igreja estar estabelecida – a partir de então a responsabilidade de iniciar outras igrejas e evangelizar a região passaria a ser da igreja recém-estabelecida. Seguindo esta metodologia, o apóstolo pregou nas principais cidades da província da Macedônia, Acaia e Ásia Menor, de acordo com o livro de Atos (capítulos 16, 17, 18 e 19). Sua estratégia, segundo Green era provincial.²⁰⁷ Segundo ele:

Aparentemente ele se propusera a estabelecer dois ou três centros de fé em cada província, para depois ir adiante, deixando que o entusiasmo nativo e a iniciativa dos convertidos fizessem com que eles levassem outros a Cristo. [...] Sua pregação fora representativa: cada província ouvira algo do evangelho, tendo em cada uma pequenas comunidades cristãs implantadas para continuar a obra²⁰⁸

É assim que as igrejas na Ásia Menor como Colossos, Laodicéia e Hierápolis nasceram, muito provavelmente – por influência da igreja local de Éfeso, capital da província, onde aqueles que haviam sido trazidos a fé por Paulo agora apregoavam a mesma mensagem nestas cidades circunvizinhas, entre eles Epafras (Cl 1:7; 4:13-16). A Igreja de Tessalônica é um excelente exemplo disto. Uma comunidade cuja fé se espalha entre outros lugares (1 Ts 1:8). Assim, como se pode sugerir a partir desta análise, as igrejas locais recém-plantadas, no NT, eram autônomas (e assim se esperava) para alcançar outros lugares estabelecendo novas comunidades cristãs. Não há a ideia de que somente os apóstolos poderiam abrir novas frentes de trabalho ou iniciar novas igrejas locais em lugares ainda não alcançados – o fato das igrejas de Samaria e Antioquia surgirem sem o envolvimento deles refutaria tal argumento. As igrejas locais eram responsáveis por testemunhar do evangelho onde estavam e assim levar outros a fé cristã estabelecendo assim novas comunidades. Certamente não se

²⁰⁴ Stott (2008:242).

²⁰⁵ Stott (2008:244)

²⁰⁶ Kistemaker (2003:46-47).

²⁰⁷ Green (1984:320).

²⁰⁸ Green (1984:320).

deve supor que tal autonomia e autoridade devessem ser restritas apenas as igrejas do primeiro século. Além disto, sua responsabilidade quanto à evangelização e o discipulado de novas pessoas (pois é tanto individual, para cada cristão, quanto coletiva, para toda a igreja) é uma autoridade concedida pelo Senhor Jesus para que esta o faça de modo espontâneo e autônomo, sem a necessidade da intervenção de estruturas que regulem esta atividade missionária (Mt 28:19-20; Mc 16:15-16; Jo 20:21).

Exercer disciplina

Além de ter autoridade para escolher seus próprios líderes, iniciar novas igrejas as comunidades cristãs do NT tinham autoridade de exercer disciplina a seus membros. A disciplina não era uma prerrogativa dos líderes de instâncias superiores, mas um ato conjunto, coletivo, da própria igreja. Parece que a igreja havia entendido corretamente a ordenança de Jesus Cristo quanto a isto, conforme se acha em Mateus 18:15-20. Ali, nas palavras de Jesus, a disciplina é prerrogativa não de um líder especificamente, mas da igreja. Por isto, Jesus disse que depois de uma primeira e segunda tentativa de tentar persuadir o irmão faltoso ele deveria “ser levado à igreja” (Mt 18.17).

Considerações finais sobre o governo da igreja

As igrejas locais do NT eram autônomas, sendo responsáveis coletivamente pela preservação da doutrina bíblica que as unia (Gl 1:8; 1 Co 7:7; 11:16; 16:1; Ef 2:20; 4:1-4), pelo cumprimento das ordenanças cristãs como o batismo e ceia (At 8:12-14; 1 Co 1:12-17; 12:18-34), pelo cultivo da solidariedade (1 Co 8; Fp 4:15-18), do culto bíblico a Deus (1 Co 14; Cl 3:16) e, como dito acima, pela evangelização e plantação de novas igrejas, bem como pelo exercício da disciplina espiritual e pela escolha de seus líderes. Deve se concordar com Mark Denver quando precisa:

Embora as congregações possam errar e, de fato, errem no cumprimento dessas responsabilidades, a responsabilidade não deixa de lhes pertencer. Nenhum outro corpo, dentro ou fora da igreja local, pode remover de maneira definitiva essas obrigações e deveres da congregação como um todo.²⁰⁹

Qualquer que seja a forma de governo que a igreja adote este deve levar em consideração as funções e prerrogativas neotestamentária das igrejas locais para que sua autoridade e liberdade não sejam violadas. Neste sentido, dos modelos eclesiais existentes é possível dizer que o Congregacionalismo é aquele que mais se aproximaria dos princípios expostos no Novo Testamento quanto ao funcionamento das igrejas do primeiro século. É possível afirmar isto por alguns motivos:

a) Os modelos de governo Presbiteriano e Episcopal parecem menos consistentes com os princípios organizacionais encontrados no material neotestamentário. Conquanto se encontre no NT os apóstolos exercendo certa autoridade sobre as igrejas, é sensato dizer que isto se deve ao seu contexto histórico imediato. A autoridade dos apóstolos seria substituída com a formação das Escrituras do Novo Testamento como fonte de autoridade para as igrejas. Os apóstolos desempenharam, portanto uma função transicional – nas igrejas

²⁰⁹ Dever (2018:94).

locais eram presbíteros que eram escolhidos pela igreja para liderá-la e representá-la. A “teoria de que um grupo de bispos foi estabelecido para substituir um grupo de apóstolos não é ensinada no Novo Testamento”.²¹⁰

Não há base para uma sucessão apostólica nas Escrituras e mesmo a história não fornece sustentação sólida quanto a isto. Além disso, o bispo no NT não é uma ordenação distinta, mas apenas uma referência a função dos presbíteros nas igrejas locais (At 20:17-28; 1 Pd 5:2 – neste texto petríno a palavra grega *επισκοποουντες* aparece mostrando a função do presbítero como sendo a de cuidar e supervisionar o rebanho como um *bispo*). A forma hierárquica do governo Episcopal também não parece ser o que o evangelho ensina sobre a liderança cristã (Lc 22:24-27).

Sobre a forma Presbiteriana, conquanto seja mais consistente com o ensino do Novo Testamento, parece usurpar, de certo modo, a autonomia de uma igreja local ou mesmo a participação efetiva dos crentes no comando ou decisões ao criar instâncias governamentais superiores para a deliberação de certos assuntos (como acontece num sínodo, Concílio ou Assembléia). Muitas “decisões que poderiam ser encaminhadas ao grupo de membros da igreja não o são”²¹¹. O único texto que sugeriria tal forma organizacional além da igreja local, como uma Assembleia ou Sínodo, seria Atos 15, mas este texto está longe de ser normativo ou mesmo descritivo de um modelo que se perpetuou para a resolução de problemas na igreja primitiva.

Conquanto a igreja do primeiro século tenha enfrentado outros inúmeros dilemas além daqueles tratados em Atos 15, não se tem registro de nenhum outro grande concílio sendo realizado por ela. Como diz Grudem, “em nenhuma passagem da Bíblia os presbíteros possuem autoridade regularmente estabelecida que se estenda além da igreja local”.²¹² Os textos bíblicos descrevem os presbíteros escolhidos pela própria igreja, como seus representantes e líderes, a fim de servi-la em sua localidade apenas. Eles são descritos como os presbíteros de cada igreja e cidade (At 14:23; Tt 1:5).

b) O congregacionalismo permite que as igrejas locais assumam seus papéis e prerrogativas com a liberdade que o Novo Testamento descreve as igrejas locais atuando no primeiro século, no que diz respeito a escolha de sua própria liderança (At 6:3,5; 14:23; 15:1-2; 2 Co 8:19), ao exercício coletivo da disciplina (Mt 18:15-20; Gl 6:1; 1 Co 15), a evangelização e plantação de novas igrejas (At 8:1,4, 5-39; 11:19-26; 13:3; Cl 1:7; 4:13-16; 1 Ts 1:8) etc.

Por fim, o modelo congregacional de governo expressa melhor o princípio bíblico do sacerdócio de todos os crentes e de suas responsabilidades pessoais na comunidade (Rm 12; 1 Co 12; 1 Pd 2:9-10). Isto é benéfico porque as estruturas de uma igreja “devem ser formadas e mantidas em vista dos benefícios dos indivíduos. As melhores organizações criam oportunidades para a máxima participação deles”.²¹³

É sensato concordar, a luz dos argumentos acima, que o Congregacionalismo seja uma forma de governo eclesiástico que consiga ser mais coerente com os princípios bíblicos sobre a importância e as prerrogativas das igrejas locais, conforme descritas no Novo Testamento. Conquanto não seja um governo normativo segundo as Escrituras, parece ser o mais adequado com

²¹⁰ Grudem (1999:776).

²¹¹ Erickson (2015:1040).

²¹² Grudem (1999:777).

²¹³ Mulholland (2004:202).

os textos bíblicos descritivos que tratam do assunto. Essa forma governamental “considera com seriedade o princípio do sacerdócio e da competência espiritual de todos os crentes e também leva a sério a promessa de que o Espírito Santo que habita nos crentes os conduzirá”²¹⁴

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, T. Desmond; ROSNER, Brian S. (Ed.). *Novo Dicionário de Teologia Bíblica*. São Paulo: Vida, 2009.

BANCROFT, Emery H. *Teologia Elementar*. São Paulo: Editora Batista Regular, 1995.

BERKHOF, Louis. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Cultura Cristã, 1990.

BORTOLLETO FILHO, Fernando (Org.). *Dicionário Brasileiro de Teologia*. São Paulo: ASTE, 2008.

BRODUS, David Hale. *Introdução ao estudo do Novo Testamento*. São Paulo, SP: Hagnos, 2001.

COENEN, Lothar; BROWN, Colin; (Orgs.). *Novo Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2000.

BRUCE, F. F. *Comentário Bíblico NVI: Antigo e Novo Testamento*. São Paulo: Vida, 2009.

CARSON, D. A. *O comentário de Mateus*. São Paulo: Shedd Publicações, 2010.

CHAFER, Lewis Sperry. *Teologia sistemática*. Vol. 1 & 2. São Paulo: Hagnos, 2013.

CHAMPLIN, Russell Norman. *O Novo Testamento Interpretado Versículo por Versículo*. Vol. 2. São Paulo: Hagnos, 2002.

CLOWNEY, Edmund P. *A Igreja*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

CULVER, Robert Duncan. *Teologia sistemática: bíblica e histórica*. Tradução de Valdemar Kroker et al. São Paulo: Shedd Publicações, 2012.

DEVER, Mark. *Igreja: o evangelho visível*. São José dos Campos: Editora Fiel, 2018.

DEVER, Mark. *Nove Marcas de Uma Igreja Saudável*. São José dos Campos: Editora Fiel, 2007.

²¹⁴ Erickson (2015:1047).

DUFFIELD, Guy P.; CLEAVE, Nathaniel M. Van. *Fundamentos da Teologia Pentecostal*. São Paulo: Quadrangular, 1991, vol. 2.

STETZER, Ed. *Plantando igrejas missionais: como plantar igrejas bíblicas, saudáveis e relevantes à cultura*. São Paulo: Vida Nova, 2015.

ERICKSON, Millard J. *Introdução à teologia sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 1997.

ERICKSON, Millard J. *Teologia sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 2015.

FEE, Gordon D. *Paulo, o Espírito e o povo de Deus*. São Paulo: Vida Nova, 2015.

FERREIRA, Franklin. *Teologia cristã: Uma introdução à sistematização das doutrinas*. São Paulo: Vida Nova, 2011.

FERREIRA, Franklin; MYATT, Alan. *Teologia Sistemática: uma análise histórica, bíblica e apologética para o contexto atual*. São Paulo: Vida Nova, 2007.

GEORGE, Timothy. *Teologia dos reformadores*. São Paulo: Vida Nova, 1994.

GETZ, Gene. *Igreja; forma e essência: o corpo de Cristo pelos ângulos das Escrituras, da história e da cultura*. São Paulo: Vida Nova, 1994.

GIANASTACIO, Vanderlei. *Uma igreja que faz e acontece: responsabilidade social, cidadania e serviço à luz do Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2006.

GONZALES, J.L. *Uma história do pensamento cristão*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

GREEN, Michael. *Evangelização na igreja primitiva*. São Paulo: Vida Nova, 1984.

GRUDEM, Wayne. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 1999.

GRÜN, Anselm. *Jesus e Suas Dimensões*. Campinas, SP: Verus, 2006.

HENDRIKSEN, William. *Comentário do Novo Testamento: 1 Timóteo, 2 Timóteo e Tito*. São Paulo: Cultura Cristã, 2001.

HENDRIKSEN, William. *Comentário do Novo Testamento: O Evangelho de João*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.

HORRELL, J. Scott. *A essência da Igreja*. Campinas: United Press, 2007.

KELLY, J. N. D. *Patrística: origem e desenvolvimento das doutrinas centrais da fé cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1994.

- KISTEMAKER, Simon J. *Comentário do Novo Testamento: Atos*. Vol. 2. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.
- KITTEL, Gerhard; FRIEDRICH, Gerhard. *Dicionário Teológico do Novo Testamento*. Vol. 1. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2013.
- LADD, George Eldon. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Hagnos, 2001.
- LIDÓRIO, Ronaldo. *Plantando Igrejas*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2007.
- LIMA, L. A. de. *Razão da esperança: teologia para hoje*. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.
- LOUW, Johannes P.; NIDA, Eugene A. *Léxico Grego-Português do Novo Testamento baseado em domínios semânticos*. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013.
- MACARTHUR JR., John F. *O Evangelho segundo Jesus: o que significa quando Jesus diz: "Segue-me"*. São José dos Campos: Fiel, 2003.
- MARSHALL, I. Howard. *I e II Tessalonicenses: introdução e comentário*. São Paulo: Vida Nova e Mundo Cristão, 1988.
- MARSHALL, I. Howard. *Teologia do Novo Testamento: diversos testemunhos, um só evangelho*. São Paulo: Vida Nova, 2007.
- MCGRATH, Alister. *Teologia sistemática, histórica e filosófica: uma introdução à teologia cristã*. São Paulo: Shedd Publicações, 2005.
- MORRIS, Leon. *I Coríntios: introdução e comentário*. São Paulo: Mundo Cristão, 1983.
- MULHOLLAND, Dewey M. *Teologia da Igreja: uma igreja segundo os propósitos de Deus*. São Paulo: Shedd Publicações, 2004.
- PAGANELLI, Magno. *Panorama bíblico do Novo Testamento*. Santo André: Geográfica Editora, 2004.
- PANNENBERG, Wolfhart. *Teologia sistemática - V. 3*. Santo André, SP: Editora Academia Cristã Ltda; Paulus, 2009.
- PEARLMAN, Myer. *Conhecendo as doutrinas da Bíblia*. São Paulo: Vida, 2006.
- REID, Daniel G. (Ed.). *Dicionário teológico do Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2012.
- RIENECKER, Fritz; ROGERS, Cleon. *Chave Linguística do Novo Testamento Grego*. São Paulo: Vida Nova, 1995.

RIDDERBOS, Herman Nicolaas. *A Vinda do Reino de Deus*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2010.

ROBINSON, Edwards. *Léxico Grego do Novo Testamento*. Rio de Janeiro, RJ: CPAD, 2012.

RUSCONI, Carlo. *Dicionário do grego do Novo Testamento*. São Paulo: Paulus Editora, 2003.

RYRIE, Charles Caldwell. *Teologia básica: Um guia sistemático popular para entender a verdade bíblica*. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 2000.

SANDERS, Ed Parish. *Paulo, a lei e o povo judeu*. São Paulo: Ed. Academia Cristã / Paulus, 2009.

SEVERA, Zacarias Aguiar. *Manual de Teologia Sistemática*. 4. ed. Curitiba: AD Santos, 2008.

SHELLEY, Bruce L. *A Igreja: o povo de Deus*. São Paulo: Vida Nova, 1984.

SHEDD, Russell P. *Disciplina na igreja*. São Paulo: Vida Nova, 2013.

SHEDD, Russell P. *Nos passos de Jesus*. São Paulo: Vida Nova, 1993.

SMITH, Ralph L. *Teologia do Antigo Testamento: história, método e mensagem*. São Paulo: Vida Nova, 2001.

STOTT, John R. W. *A mensagem de Atos: até os confins da terra*. 2. ed. São Paulo: ABU, 2008.

STOTT, John R. W. *A mensagem de Gálatas: somente um caminho*. São Paulo: ABU, 2007.

STOTT, John R. W. *A mensagem de I Timóteo e Tito: A vida da igreja local, doutrina e o dever*. São Paulo: ABU, 2004.

STURZ, Richard J. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 2012.

TASKER, R. V. G. *Mateus: introdução e comentário*. São Paulo: Vida Nova e Mundo Cristão, 1980.

THIESSEN, Henry Clarence. *Palestras Introdutórias à Teologia Sistemática*. São Paulo: Imprensa Batista Regular do Brasil, 2001.

THIELMAN, Frank. *Teologia do Novo Testamento: uma abordagem canônica e sintética*. São Paulo: Shedd Publicações, 2007.

WIERSBE, Warren W. *Comentário bíblico expositivo: Novo Testamento*. Vol. 1. Santo André: Geográfica, 2006.

WIERSBE, Warren W. *Comentário Bíblico Expositivo: Novo Testamento 2*. Santo André: Geográfica, 2006.

WILKINSON, Bruce. *Descobrimo a Bíblia*. São Paulo: Candeia, 2000.

WRIGHT, N. T. *Os Desafios de Jesus: A escolha de ser um verdadeiro seguidor de Jesus*. São Paulo: Editora Palavra, 2012.